

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2017

Sessão Ordinária realizada em 2017/09/08



----- Aos oito dias do mês de setembro de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, no Edifício Pirâmide em Abrantes, reuniu a Assembleia Municipal de Abrantes, presidida por António Lucas Gomes Mor, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Primeiro Secretário Manuel Duarte dos Santos e pela Segunda Secretária Isilda Manuela Gomes dos Santos Alves Jana. -----

Assiduidade – (doc. 1) -----

INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS

1 – José Eduardo Alves Jana, deu conhecimento das diligências feitas e apelou a todos uma rápida solução para evitar consequências muito graves de violência de um filho para com a mãe. (doc. 2) -----

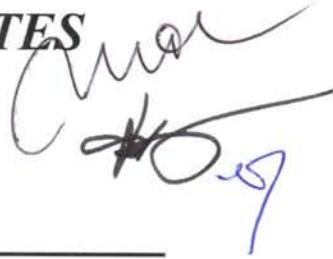
2 – Fernando Manuel Morais deu conhecimento de várias diligências com os serviços camarários e de situações a carecer de intervenção: -----

- a) – Esgoto a céu aberto; -----
- b) – Varandas deterioradas na Rua Monteiro de Lima; -----
- c) - Pintura do relógio no edifício da Câmara; -----
- d) - Pintura do edifício camarário; -----
- e) – Fios de telecomunicações pendurados por todo o lado; -----
- f) Pedras partidas nas escadas da Igreja de S. João; -----
- g) – Circuitos deteriorados no Jardim do Castelo; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2017

Sessão Ordinária realizada em 2017/09/08



- h) – Candeeiros partidos; -----
- i) – Muros da cidade abandonados. -----

3 – André Nunes, como técnico florestal da ZIF de Aldeia do Mato, forneceu elementos para ajudar a realizar um juízo sobre a floresta e o fogo que, este ano, a devastou. (doc. 3) -----

4 – António José Carvalho sobre a falta de médicos no Concelho e, sobretudo, no Tramagal. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, em resposta, destacou: -----

a) – Violência de jovem: -----

----- A Câmara tem acompanhado o processo com muita atenção e preocupação. -----

----- Já diligenciou junto do Serviço de Saúde, encontrando-se o processo em tramitação. -----

----- O apoio à família é enquadrado nos extratos sociais desfavorecidos. -----

b) – Varandas na Monteiro de Lima: -----

----- Já foi notificado o cabeça de casal para garantir a segurança. -----

c) – Esgoto a céu aberto: -----

----- Após notificação ao proprietário, a Câmara substituiu-o, tendo já resolvido o problema; -----

d) – Fios aéreos: -----

----- É um problema de muitos anos. -----

----- Nas intervenções atuais dos arruamentos, está-se a proceder ao enterramento; --

----- Quanto aos elétricos, aguarda candidatura a fundos para eficiência energética; --

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2017

Sessão Ordinária realizada em 2017/09/08

*Amor
Sobr
-09*

e) – Escadas de S. João: -----

----- Apesar de se tratar de património religioso, a Câmara tem participado nas intervenções, como acontece, atualmente, na Igreja de S. Vicente, garantindo a componente nacional; -----

f) - Jardim do Castelo: -----

----- Já decorreu um concurso internacional de ideias, para requalificação de todo o espaço; -----

g) – Incêndios: -----

----- Refletiu a preocupação pelas consequências dos incêndios, os meios utilizados e a necessidade de concretizar mais políticas de prevenção. -----

h) – Falta de médicos: -----

----- Deu conhecimento da resposta a uma petição da Junta de Freguesia e mais pessoas. -----

----- A Câmara está disponível para ajudar a instalação de médicos em qualquer ponto do concelho. -----

----- Os novos médicos estão preparados para trabalhar em equipa nas Unidades de Saúde Familiar. -----

----- A Câmara está disponível para a criação de mais USF, necessárias para suprir as carências de todo o território. -----

----- A Câmara sabe que foram autorizadas mais horas para o médico no Tramagal. --

Expediente: -----

----- **Foi dado conhecimento do expediente com maior relevância**, ficando disponível

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2017

Sessão Ordinária realizada em 2017/09/08

*Chaves
Bento
eJ*

para consulta no serviço administrativo da Assembleia Municipal, tal como todo o expediente recebido.

Ata

----- Posta à votação a **ata nº 4/2017**, foi **aprovada por maioria**, com 5 (cinco) abstenções (1 – PS + 4 – PSD).

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Senhor Deputado Municipal Luís Lourenço (CDU) sobre os incêndios, referiu:

a) – Os prejuízos causados às populações;

b) – A necessidade de recuperação da floresta. (doc. 4)

----- Mostrou o seu desagrado por não lhe ter sido permitida a participação no briefing sobre a prevenção e combate a incêndios. (doc. 5)

----- O Senhor Deputado Municipal António Paulo (PS) fez um balanço da sua participação neste mandato autárquico (doc. 6)

----- O Senhor Deputado Municipal Francisco Vilela (PS) referiu a elaboração do Projeto Educativo Municipal (PEM), os seus objetivos e a aprovação do 1º relatório de avaliação. (doc. 7)

----- O Senhor Deputado Municipal Diogo Valentim (PSD), em balanço de mandato, não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2017

Sessão Ordinária realizada em 2017/09/08

[Handwritten signature]
w9

deixou de realçar: -----

- a) – A fuga de jovens qualificados; -----
 - b) – Os investimentos ruinosos e mal estruturados; -----
 - c) – A perda contínua de população. -----
 - d) – Os tímidos e recentes incentivos à criação de emprego/empresas; -----
 - e) – As alternativas aos custos das esculturas imaginárias; -----
 - f) – A renúncia a despesas com eventos ou aquisições; -----
 - g) – A aplicação de recursos na melhoria da atratividade do concelho, de forma a fixar jovens e famílias. (doc. 8) -----
-

----- A Senhora Deputada Municipal Margarida Togtema (PSD), ao concluir a sua primeira experiência autárquica, recordou a sua intervenção na tomada de posse. -----

----- Ao fim de meio ano de mandato, o desencanto já se sobrepuja às boas intenções.

----- Destacou: -----

- a) – A perda de população; -----
- b) – A falta de estratégia, apesar da elaboração do respetivo plano; -----
- c) – A política educativa, fiscal, florestal e cultural. -----

----- Com a defesa dos interesses do concelho e dos seus municípios, considera ter cumprido os seus propósitos para o mandato. (doc. 9) -----

----- A Senhora Deputada Municipal Piedade Pinto (PS) afirma ter sido a Câmara a construir a USF. -----

----- É necessária outra a sul para melhorar as acessibilidades. -----

----- Já foi entregue um carro, sendo outro até ao fim do ano, para o serviço domiciliário.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2017

Sessão Ordinária realizada em 2017/09/08

[Handwritten signatures]

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou estar resolvida a questão levantada da saída do Senhor Deputado Municipal José Matafome da última Assembleia. -----

----- O Senhor Deputado Municipal José Vitorino (PSD) entregou recurso, subscrito pela sua bancada e do Bloco de Esquerda, para a Assembleia da deliberação da Mesa de rejeitar a inclusão na Ordem de Trabalhos de um ponto pela não demolição do antigo mercado diário. (doc. 10) -----

----- O Senhor Deputado Municipal José Matafome (CDS-PP) esclareceu a razão da sua ausência da última Assembleia, considerando que o papel de Deputado vai muito para além da simples presença. -----

----- Não vai assinar a senha de presença. -----

----- Quanto ao trabalho da Assembleia, considera-o pouco interativo. -----

----- Considera que os políticos olham para as próximas eleições e os estadistas para as próximas gerações. -----

----- Temos de encontrar respostas para a situação de fixarmos menos jovens e menos população. -----

----- Temos de criar mais condições e apelar à sua vinda. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal agradeceu o contributo dos Senhores Deputados que não se vão candidatar. -----

----- Quanto aos assuntos tratados, destacou: -----

a) – Participação no briefing sobre incêndios: -----

----- É restrita à Câmara e às entidades parceiras. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2017

Sessão Ordinária realizada em 2017/09/08

[Handwritten signatures]

- A participação do Município é feita pela Câmara Municipal.
- A participação dos Deputados Municipais numa reunião, foi exceção, com a concordância dos restantes elementos do grupo.
- b) – Compra de viaturas, para a saúde:
- Já foram compradas duas para fazer domicílios;
- c) – Incidente no Vale da Fontinha com esgotos:
- Leu ofício da Abrantáqua, que está a proceder ao desvio para ETAR dos Carochos;
- d) – Obras no Largo Espírito Santo:
- Está previsto o começo para a semana;
- e) – Viagem a Seattle:
- Feita a convite, para conhecer o portfólio, sendo paga pela Câmara;
- f) – Propostas da oposição:
- Algumas foram acolhidas;
- g) – Planos estratégicos:
- Foram discutidos em sessões públicas e participadas;
- h) – Conselhos Municipais:
- Constituídos por representantes da Assembleia, partidos, particulares e instituições, onde se discutem as estratégias.
- i) – Plano de defesa da floresta:
- Já existe.
- Discutir a floresta, na altura do combate a incêndios, não parece a altura adequada;
- j) – Fixação de jovens:
- Não podemos ficar indiferentes aos números.
- Auxiliada com a criação de novas empresas;
- k) – Veículos elétricos:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2017

Sessão Ordinária realizada em 2017/09/08

----- Apresentado, hoje, o projeto para o desenvolvimento de novos métodos de criação;
l) - Abertura do Hotel Turismo; -----
m) - Abertura de novas lojas. -----

Período da Ordem do Dia

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos requerimentos subscritos pelas bancadas do PSD e BE sobre: -----

a) - Incêndios, causas e consequências; -----
b) - Pela não demolição do antigo mercado diário de Abrantes; -----
e das razões que levaram a Mesa a admitir só o primeiro que foi comunicado aos subscritores. -----
----- O segundo, não foi incluído, por estar pendente uma petição subscrita por muitos cidadãos. -----

----- O Senhor Deputado Municipal José Vitorino (PSD) leu o recurso da decisão, já apresentado. -----

----- Posto à votação, o recurso foi **rejeitado por maioria**, por 15 (quinze) votos do PS, 2 (dois) abstenções do PS. -----

----- Votos a favor do recurso: 13 (treze) (1 - BE + 4 - CDU + 1 - PS + 7 - PSD). -----

----- O Senhor Deputado Municipal Armindo Silveira (BE) fez declaração de voto oral.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES



Ata nº 5/2017

Sessão Ordinária realizada em 2017/09/08

1. - Informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade

Municipal (doc. 11) -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, além da informação escrita distribuída, destacou:

- a) – Colégio de Fátima;
- b) – Museu Ibérico;
- c) – Igreja de S. Vicente;
- d) – Galeria Municipal;
- e) – Largo 1º de Maio;
- f) – Vale da Fontinha;
- g) – Estrada S. Facundo/Vale das Mós;
- h) – Largo do Espírito Santo – Mouriscas;
- i) – Loja do Cidadão;
- j) – Novo ano escolar;
- k) – Férias jovens;
- l) – Beneficiação do parque escolar;
- m) – Ruas do Centro Histórico;
- n) – Esplanadas;
- o) – Entrega de viaturas elétricas;
- p) – Unidade de Saúde do Carvalhal;
- q) – Orçamento participativo;
- r) – Jogo da seleção sub-20;
- s) – Área de recreio e lazer das Fontes;
- t) – Requalificação em Vale de Rãs;

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2017

Sessão Ordinária realizada em 2017/09/08

*CML
2017
ABRANTES*

- u) – USF de Rossio ao Sul do Tejo; -----
- v) – Taludes do Alto de Santo António; -----
- x) – Contratos interadministrativos com as Juntas; -----
- y) – Açude. -----

2. – Aprovação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, na sequência da aprovação desta Assembleia em 24 de fevereiro de 2017 e parecer favorável do Conselho Municipal de Segurança emitido em 7 de junho de 2017 -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou a observação dos trâmites necessários à aprovação do documento. -----

----- Posta à votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade**. (doc. 12) -----

3. – Protocolo com a União das Freguesias de Alvega e Concavada no âmbito da Componente de Apoio à Família (CAF) -----

----- Posta à votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade**. (doc. 13) -----

4. – Contratos interadministrativos com a União das Freguesias de Alvega e Concavada e com a Junta de Freguesia de Carvalhal, para dinamização de Atividades de Animação e de Apoio à Família no Pré-Escolar para o ano

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2017

Sessão Ordinária realizada em 2017/09/08

[Handwritten signature]
e9
L20

2017/2018 -----

----- Posta à votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade**. (doc. 14) -----

5. - *Contratos interadministrativos com várias Juntas de Freguesia para concretização de transportes escolares durante o ano letivo 2017/2018.*

----- Posta à votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade**. (doc. 15) -----

6. - *Apoio à Junta de Freguesia de Tramagal para aquisição de materiais para a construção de monumento de homenagem aos antigos combatentes na Guerra do Ultramar, no montante de 6.685,35€ (seis mil, seiscentos e oitenta e cinco euros e trinta e cinco centimos)*

----- Posta à votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade**. (doc. 16) -----

7. - *Apoio às Juntas de Freguesia com a entrega de uma carrada de areia em cada cemitério do Concelho, estimando-se o montante de 1.372,80€ (mil trezentos e setenta e dois euros e oitenta centimos), acrescido de IVA à taxa em vigor*

----- Posta à votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade**. (doc. 17) -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2017

Sessão Ordinária realizada em 2017/09/08

[Signature]
25

8. - Autorização para assunção do compromisso plurianual para “Aquisição de licenças Microsoft”

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal justificou a proposta, com base em informação técnica pedida aos serviços.

----- Desde 2004, são estas licenças que oferecem melhores condições.

----- Esta plataforma, em vigor em todos os Municípios do Médio Tejo, é a mais acessível à formação.

----- A plataforma foi célere e eficaz na resposta ao último ataque informático.

----- O Senhor Deputado Municipal Armindo Silveira (BE), apesar de respeitar a opinião dos técnicos, considera haver outras soluções.

----- Definiu o seu voto contra.

----- Posta à votação, a proposta foi **aprovada por maioria**, com voto contra do BE.
(doc. 18)

9. - Incêndios, Causas e consequências – Pedido apresentado pelos Senhores Deputados Municipais Margarida Togtema (bancada PSD) e Armindo Silveira (bancada BE).

----- O Senhor Deputado Municipal Armindo (BE) justificou o pedido, demonstrando a desgraça que se abateu sobre o concelho e limítrofes. (doc. 19)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2017

Sessão Ordinária realizada em 2017/09/08

*C. BG
J. B.*

----- A Senhora Deputada Municipal Margarida Togtema (PSD), recorrendo a projeções, mostrou as suas preocupações quanto a cobertura florestal do concelho, sobretudo da parte norte. -----

----- Entende haver falhas graves na prevenção estrutural, mas também na operacional.

----- O nosso Município tem grandes responsabilidades, assumidas com a elaboração do Plano de Defesa da Floresta contra incêndios, mas também na implementação e fiscalização do cumprimento de medidas nele preconizadas. (doc. 20) -----

----- O Senhor Deputado Municipal Jorge Beirão (PS) a propósito dos graves incêndios no nosso concelho de 9 a 21 de agosto, agradeceu em nome do Senhor Presidente de Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, a todos os intervenientes o seu esforço e empenho ao enfrentar situações hostis. -----

----- Agradeceu, também a instituições e pessoas a ajuda em donativos e trabalho para apoiar a logística. -----

----- Aproveitou para mostrar o trabalho desenvolvido pela Associação e a apostar nos eixos da sua atuação estratégica. – (doc. 21) -----

----- A Senhora Deputada Municipal Margarida Togtema (PSD), a propósito do trabalho dos bombeiros, respeita-os profundamente. -----

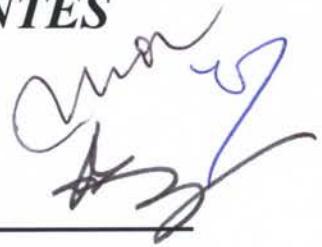
----- Já teve o cuidado de visitar as suas instalações para se aperceber da sua capacidade de atuação. -----

----- A Senhora Deputada Municipal Piedade Pinto (PS) estranha a apresentação conjunta do BE e do PSD, nesta altura. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2017

Sessão Ordinária realizada em 2017/09/08



----- O Senhor Deputado Municipal Armindo Silveira (BE) considera que a aliança tem a ver com a defesa do bem comum. -----

----- Colocou um conjunto de questões sobre os incêndios e documentos relacionados com a intervenção florestal, terminando com uma proposta para que, dentro do PDM, sejam incluídas e veiculadas as boas práticas florestais aos modelos de silvicultura de cada espécie. (doc. 22) -----

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo estranha ninguém falar dos causadores dos fogos, sobretudo os que, intencionalmente, o fazem. -----

----- Devemos estar atentos ao que se está a discutir nas instâncias próprias. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal chamou a atenção para a extensão temporal do incêndio, desde 9 a 12 e só finalizada a 14 de agosto. -----

----- Ainda não há relatório final. -----

----- Segundo informação do Comandante, os bombeiros demoraram dez minutos a chegar ao incêndio. -----

----- Houve um anormal número de chamadas e para pontos distintos do concelho. ---

----- Além da floresta, arderam duas habitações e alguns equipamentos municipais. --

----- Segundo informação ministerial, Abrantes passa a ter acesso ao Fundo de Emergência, tendo o levantamento sido feito pelos serviços técnicos. -----

----- A Cáritas Diocesana manifestou intenção de apoiar. -----

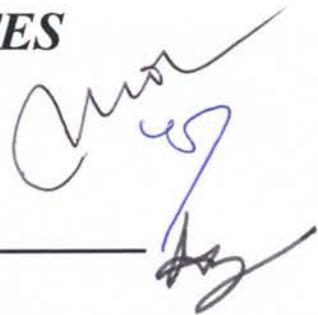
----- Foram contratadas pessoas para reforço da Proteção Civil e do Gabinete Florestal.

----- Está preocupada com o impacto dos incêndios na qualidade da água na Albufeira do Castelo do Bode. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2017

Sessão Ordinária realizada em 2017/09/08



- Marcada reunião com a EPAL.
- Tem de haver atuação rápida para evitar erosão.
- Temos de estar atentos ao modo como vai ser a reflorestação e o reordenamento nos concelhos limítrofes.
- O fogo ultrapassou tudo o que era previsível, tal como Albufeira de Castelo do Bode, A-23, faixas de alta tensão, milho verde e pivot a funcionar.
- Apesar do esforço e abnegação, entende que nem tudo correu bem.
- Não concorda com os briefings de Lisboa.
- Também em Abrantes houve um meio aéreo desviado à sua frente e do surpreendido Comandante Distrital.
- Já perguntou porque não consta da fita do tempo.
- O Senhor Presidente da República quis estar permanentemente informado da situação.
- O abastecimento de água a veículos dos bombeiros tem locais bem definidos, sob pena de rutura no abastecimento urbano.
- O plano municipal de emergência está em vigor desde 2012, tendo sido revisto em 2015.
- Estava convencida da sua disponibilidade no site da Câmara,
- Interessa, agora, definir as prioridades de atuação.
- Houve, hoje, uma reunião na CIMT, tendo sido decidido pedir autorização para a utilização de verbas diferente da sua afetação.
- Ainda não há uma estimativa dos prejuízos dos privados.
- As funções da Câmara, neste domínio, são muito limitadas.
- Na reunião da Câmara, propôs um voto de louvor aos Bombeiros.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

Ata nº 5/2017

Sessão Ordinária realizada em 2017/09/08

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal elogiou o trabalho e agradeceu a disponibilidade de todos os que possibilitaram o funcionamento. -----

----- Agradeceu, também, à Senhora Presidente da Câmara e seu executivo a total colaboração. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos pela uma hora e treze minutos do dia nove de setembro de dois mil e dezassete, tendo todos os textos das propostas de deliberação, (docs. 12 a 18), sido aprovados em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e nº 3 do artigo 29º do Regimento. -----

O Presidente da Assembleia

António Lucas Gomes Mor

O 1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

A 2ª Secretária

Isilda Manuela Gomes dos Santos Alves Jana

(doc. 1)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ABRANTES

(Assiduidade)

ÓRGÃOS	ORDEM	PARTIDO	ELEITOS	Sessão Ordinária 08 de setembro de 2017		
				Presença	Falta	Situação
CÂMARA MUNICIPAL	1	PS	Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque	✓		
	2		Manuel Jorge Séneca Luz Valamatos Reis	✓		
	4		Celeste Maria Ferreira Riachos Simão	✓		
	6		João Carlos Caseiro Gomes	✓		
	7		Luis Filipe Correia Dias	✓		
	3	PSD	Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório	✓		
	5	CDU	Ricardina Dias Pires Fernandes Lourenço	✓		
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	6	PS	António Lucas Gomes Mor	✓		
	2		Manuel Duarte dos Santos	✓		
	4		Isilda Manuela Gomes dos Santos Alves Jana	✓		
	8		Francisco José Vilela Mendes	✓		
	9		Maria de Fátima Vicente Ferreira Chambel (substituição)	-	S	Substituição
	12		António Manuel Godinho Paulo	✓		
	15		Jorge Manuel do Carmo Beirão	✓		
	16		Maria da Piedade Dias Fernandes Pinto	✓		
	19		Celso José Pacheco da Silva	✓		
	20		Elisabete Vieira Matias Aragão Furtado Pereira	✓		
	List		Afonso Duarte Morgado Heleno da Costa	✓		
			João Manuel Alves Lobato (substituto)	-	F	Injustificada
	3	PSD	Ana Margarida Almeida Pinho Neno Togtema	✓		
	7		Ana Maria Ruiz Rico	✓		
	14		Diogo João Ferreira Valentim	✓		
	17		José Miguel Antunes Martins Vitorino	✓		
	List		João Gonçalves da Silva Teodoro	✓		
	5	CDU	Elsa Cristina Guerreiro Lopes	✓		
	11		Luis Miguel Pires Lourenço	✓		
	List		Ana Paula de Amaral Rodrigues do Carmo	✓		
		BE	Armindo Rodrigues Silveira	✓		
	13	CDS-PP	José Vasco de Lacerda Ruivo Matafome	✓		
JUNTAS DE FREQUESIAS		PS	Manuel João Salvador Alves	JF Bemposta	✓	
			Luís Serras Vermelho	JF Carvalhal	✓	
			Sónia Cristina Brunheta Campos Alagoa	JF Fontes	✓	
			Maria Teresinha Conceição Garcia Barreiro	JF Martinchel	✓	
			Maria Florinda Fontinha Sousa Salgueiro	JF Pego	✓	
			Vítor Hugo Braz Vicente Cardoso	JF Tramagal	✓	
			Bruno Jorge Vicente Tomás	UF Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	✓	
			José Manuel Rodrigues Felício	UF Alvega e Concavada	✓	
			António Martins Campos	UF São Facundo e Vale das Mós	✓	
			Luis Teixeira Alves	UF São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	✓	
		PSD	Rui Manuel Vasco André	JF Rio de Moinhos	✓	
			Álvaro Manuel Paulino	UF Aldeia do Mato e Souto	✓	
		CDU	Maria Teresa Matos Santos Dinis	JF Mouriscas	✓	

S Pedido de Substituição

F Falta Injustificada

Uma mulher de Abrantes está prisioneira, embora não encarcerada, do seu filho que sofre de um desequilíbrio psíquico grave.

Vítima de violência, de roubo e de total perturbação da sua vida e da sua casa, já fez as necessárias participações na Câmara, na força policial e nos competentes serviços de saúde.

A situação está diagnosticada e a solução definida: a única solução é o internamento compulsivo do filho – para que possa tratar-se.

Mas só o Delegado de Saúde pode ordenar uma tal medida.

O processo foi organizado e está para decisão do Delegado de Saúde. Há vários meses.

Foram feitas múltiplas diligências pelos vários serviços, mas há três ou quatro meses que ninguém consegue chegar à fala com o Delegado de Saúde.

Por isso, o processo continua para despacho e esta mulher de Abrantes continua a ser uma vítima indefesa, agora da falta de uma decisão competente. E sujeita a, num acesso de violência maior, ser assassinada pelo filho.

E o filho, doente, precisa de tratar-se, mas não está em condições de fazê-lo por decisão própria.

Este é um drama familiar, é um problema de saúde e é também um problema político – de uma *polis* ou cidade que ainda não consegue defender de forma eficaz os cidadãos indefesos.

Venho aqui dizer apenas duas coisas: primeira - é urgente tomar as medidas que se impõem quando um ser humano está em perigo e neste caso são dois; segunda - cada um de nós, pessoas e organizações, tem de fazer a sua parte.

Alves Jana

Abrantes, 8 de Setembro de 2017

Isto mesmo pude expressar numa

Carta aberta ao Delegado de Saúde de Abrantes

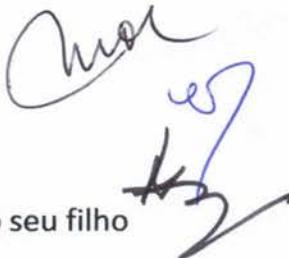
que me foi permitido ler aos microfones da Antena Livre na passada terça-feira

a fim de que se soubesse e pudesse chegar ao dito Delegado de Saúde

e agora deixo aqui também na Mesa da Assembleia.

Obrigado.

*Maria
es
M*


Carta aberta ao Delegado de Saúde de Abrantes

Uma mulher de Abrantes está prisioneira, embora não encarcerada, do seu filho que sofre de um desequilíbrio psíquico grave.

Vítima de violência, de roubo e de total perturbação da sua vida e da sua casa, já fez as necessárias participações na Câmara, na força policial e nos competentes serviços de saúde.

A situação está diagnosticada e a solução definida: a única solução é o internamento compulsivo – para que possa tratar-se. Mas só o Delegado de Saúde pode ordenar uma tal medida.

O processo foi organizado e está para decisão do Delegado de Saúde. Há vários meses.

Foram feitas múltiplas diligências, mas há três ou quatro meses que ninguém consegue chegar à fala com o Delegado de Saúde.

Por isso, o processo continua para despacho e esta mulher de Abrantes continua a ser uma vítima indefesa, agora da falta de uma decisão competente. E sujeita a, num acesso de violência maior, ser assassinada pelo filho.

Pode acontecer, dado não ter sido possível chegar à fala com o Delegado de Saúde, que não saiba do caso. Fica assim informado por esta carta aberta.

Pede-se, pois, a quem tiver a ele acesso que lhe dê parte desta missiva.

Mais uma vez: uma mulher em Abrantes está a ser vítima da violência do seu filho que sofre de um desequilíbrio psíquico e vítima também da incapacidade social de resolvemos um problema que nem devia existir.

Quem, dentre nós, não fizer o que está ao seu alcance está a ser cúmplice desta situação e eventualmente culpado de um desfecho fatal.

Senhor Delegado de Saúde, sendo a autoridade competente no caso, o senhor é o responsável máximo na presente situação. Urge decidir o que houver a ser decidido.

Senhora e senhores presidente da Câmara, presidente da Junta de Freguesia, comandantes das forças policiais locais e distritais, responsáveis na área da saúde e da segurança social e outras autoridades... há uma mulher indefesa e em perigo. É urgente tomar as medidas que se impõem quando um ser humano está em perigo.

Abrantes, 5 de Setembro de 2017



Boa noite,

Agradeço a oportunidade ao presidente da mesa da Assembleia-geral, restantes membros da mesa, senhores e senhoras Deputados Municipais, Presidente do Município, Vereadores, Presidentes de Junta de Freguesia, Munícipes e Comunicação Social presente.

Como penso que seja conhecimento da maioria de vós, sou o técnico que auxilia na gestão do património florestal de muitos proprietários e produtores na área norte do concelho, nomeadamente na ZIF da Aldeia do Mato.

A minha intervenção, assim como outras que tenho realizado publicamente, ambicionam apenas fornecer elementos que vos ajudem a realizar um juízo sobre os temas nos quais a minha experiência e conhecimento sejam maiores, neste caso a floresta.

Infelizmente o território de Abrantes foi percorrido pelo maior incêndio da última década no concelho, e logo, afectando uma área significativa de uma zona, que possui uma presença significativa de áreas com gestão activa e implementadas no terreno estruturas de defesa da floresta contra incêndio. Sei que muitos são críticos das espécies utilizadas na composição dos povoamentos existentes, mas essa sempre foi uma decisão dos proprietários e produtores florestais, que respeitámos. O nosso papel é, perante essa escolha, verificar se a mesma está de acordo com os planos regionais vigentes, a sua correcção legal, as boas práticas e a criação de condições para tornar aquele espaço resiliente e resistente a factores bióticos e abióticos, sendo os mais relevantes, os incêndios florestais.

A surpresa no grau de afectação do território da ZIF ao incêndio, foi tremendo, fazendo-me questionar se opções e recomendações feitas, teriam sido as correctas. Afinal, estavam em causa o património de centenas de proprietários e o trabalho de 7 anos. Acredito piamente que sim, o espaço está infraestruturado com uma rede viária florestal diversa, existem aceiros e mosaicos de gestão de combustível, e as faixas em redor das aldeias têm sido na sua maioria mantidas pelos proprietários, assim como, a maioria dos povoamentos existentes apresentavam, como já referido, uma gestão activa, apresentando no subcoberto quantidades aceitáveis ou reduzidas de mato e áreas de plantações ou cortes recentes salteavam com povoamentos maduros ou áreas sem gestão. Devo fazer a ressalva, que na área do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode, essa não era a norma devido às limitações existentes.

Naturalmente questionarão, porque ardeu área tão intervencionada. Terá sido culpa das espécies existentes, conhecidas pela sua combustibilidade? Não creio. Embora, esta tenha sido, porventura, a ocorrência deste Verão, em que percentualmente maior área de eucalipto foi percorrida por incêndio, e aquilo que se observa, é que tirando excepções como vales, os povoamentos apenas foram percorridos ao nível do solo. Encontramos igualmente, zonas de mato, do qual poucos vestígios restam e zonas de pinhal não gerido totalmente carbonizado. Áreas e Paisagens protegidas, como no Fundão ou Douro Internacional, tiveram fogos de maior dimensão e com um elenco bem diverso daquele que aqui encontramos.

Este fogo foi sobretudo de progressão lenta, excepção feita, mais uma vez a zonas de vale, e aos momentos do dia em que o vento soprou com intensidade, como no início da manhã, que contribuíram para a ocorrência de reacendimentos, ou ao final da tarde. Para sustentar esta observação, nada como consultar a informação disponível sobre a severidade do incêndio, que se concluiu média, e perceber que em 4 dias perdemos um património superior a 5000ha

Manoel
ESJ
Ass.

quando o ano passado tínhamos experimentado uma perda de mais de 2000ha em apenas 11 horas. Muita da mortalidade espectável será consequência dessa progressão moderada, em que árvores tão recentes e com sistemas radiculares superficiais cozeram. Daí se observarem tantas árvores completas mas de copa amarelada ou acastanhada.

Este ano algo sucedeu algo, que na minha perspectiva, veio afectar a forma como as estruturas de combate abordam um incêndio florestal. Aconteceu Pedrógão e nenhum órgão de comando ousa abreviar nos esforços necessários a garantir a segurança de pessoas e das suas casas, agindo até com excesso, e como tal, o foco tem sido esse. A floresta foi deixada para um plano secundário, apenas relevante no início do combate e assim que salvaguardadas as actuais prioridades.

Na perspectiva de um técnico florestal e no contexto daquilo que sucede há pelo menos 30 anos, está errado. Errado do ponto de vista social, pois salvas as vidas e as casas, aquilo que une pessoas a esta região é erodido, com uma gravidade superior à resultante da acção da chuva, e grande incêndio após grande incêndio é expectável uma afectação demográfica negativa. Perdem-se motivos para ficar ou cuidar das terras que gerações de abrantinos zelaram, o seu esforço e sacrifício é desvalorizado cada vez mais e a cada incêndio. Observa-se neste momento uma pressão no mercado de madeiras e terrenos por madeireiros e outros investidores, que sendo lícita, me parece contrária àquilo que deverão ser os objectivos sociais e económicos deste concelho.

É necessário então, uma nova abordagem, à problemática dos incêndios florestais, uma que técnicos e esclarecidos defendem, e que se prende sobretudo com a prevenção, mas também no reforço das competências florestais de quem combate, ou pelo menos, de quem é responsável pelo processo de decisão, e das técnicas empregues.

Uma pertinente caracterização da nossa sociedade é feita por Henrique Pereira dos Santos, que resume: "*Não se trata de eliminar o fogo mas de o gerir de forma social, ambiental e economicamente sustentável, através do pagamento de serviços que são efectivamente prestados por algumas fileiras económicas, e que o mercado, sem intervenção do Estado, não remunera, potenciando o abandono, a falta de gestão e o padrão de fogo a que assistimos.*" Ou seja, uma floresta diferente que cumpra com maior relevância outras funções depende apenas do nosso interesse e capacidade em fomentar mecanismos que remunerem as externalidades da floresta e que no mínimo compensem os défices económicos para a floresta de produção.

Assiste-se a uma inversão de valores clara, que deverá ser revertida: a floresta é um valor a defender e com ela as pessoas que dela dependem. A floresta não deve ser encarada como culpada, nem uma ameaça para as populações. Desde que convenientemente gerida, ela é a oportunidade de gerar riqueza de forma ambientalmente responsável e de crescemos enquanto sociedade.

Metade da ZIF da Aldeia do Mato ardeu, mas recuperar a sua floresta será, mesmo assim, a tarefa mais simples. Recuperar a esperança das pessoas será o verdadeiro desafio.

Obrigado



WAN (doc.4)
ws
LZ

No passado mês de agosto Abrantes viu-se confrontada com a maior vaga de incêndios de há memória.

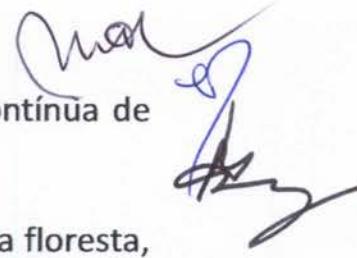
Há mais de 2 anos que a CDU previa que uma situação destas pudesse acontecer quando começou a assistir a pedidos de plantações e replantações de milhares de hectares de eucaliptos. A CDU votou sempre contra estas plantações por não haver qualquer informação sobre o local, nem sobre a adequação das mesmas. Isto não impediu que a maioria PS que governa o Município tivesse aprovado TODOS os pedidos destas plantações de forma cega, sem qualquer critério, dando sinal aos agentes económicos que poderiam plantar, replantar o que quisessem pois tinham a garantia que tudo seria aprovado.

Já algumas vezes ouvimos nesta Assembleia dizer que mais vale ter eucaliptos que mato. Essa não parece ser a opinião do Secretário de Estado das Florestas, Eng.^º Miguel Freitas que disse recentemente e, passo a citar: "Entre ter má floresta e não ter floresta, é preferível não ter floresta".

E esta começa a ser a opinião de muitos. A floresta que até há bem pouco tempo era vista como fonte de riqueza e de lazer é agora vista com receio e desconfiança.

Poderíamos então dizer que o executivo camarário colheu o que plantou mas tal não é verdade. Se é verdade que quem autorizou estas plantações foi a maioria PS, quem "colheu" os frutos foram as populações. "Colheram" feridos, casas destruídas, culturas destruídas, animais mortos e, em alguns casos, vidas destruídas.

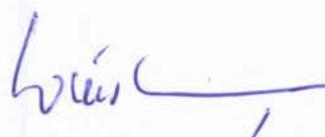
É agora altura de fazer uma avaliação dos prejuízos. Quanto custou ao município, quanto custou aos contribuintes, quanto custou ao país o combate destes incêndios, cuja dimensão é, sem dúvida, fruto de um

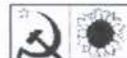

desordenamento florestal e de uma irresponsável plantação contínua de floresta de crescimento rápido?

Outra pergunta que impera é, e agora? Agora há que recuperar a floresta, com espécies autóctones, mais resistentes a incêndios florestais para que daqui a 10/12 anos não estejam aqui outros a lamentar eventuais erros que venhamos a cometer. Aqui parece-nos importante o papel das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), embora só por si não nos pareça que resolva o problema. Basta ver o que aconteceu na ZIF da Aldeia do Mato que ardeu significativamente, sem que o trabalho feito durante vários anos tenha sido impedimento para a sua devastação pelo incendio.

Abrantes, 08 de Setembro de 2017

Os Eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Abrantes





(doc.5)

[Handwritten signature]

Na última sessão da assembleia municipal, se nos recordamos, fomos todos os eleitos neste órgão municipal convidados pela Sr.^a Presidente da Câmara Municipal (CMA), perante o público e a comunicação social a estarmos presentes num briefing que se iria realizar sobre a prevenção e combate a incêndios. Os eleitos pela CDU, não puderam estar presentes por motivos profissionais.

Entretanto ocorreram os incêndios e soubemos que se iria realizar novo encontro e, tendo em conta o sucedido, decidiu a CDU fazer-se representar por um eleito para se inteirar dos problemas enfrentados pelos Bombeiros e demais agentes.

Nesse sentido eu próprio (Luís Lourenço) enviei um mail à presidência da CMA a informar que iria estar presente. Fui então contactado por um trabalhador da CMA a questionar porque motivo queria eu estar presente, alegando que o encontro não era publico.

Argumenta^r que tencionava estar presente enquanto eleito na Assembleia Municipal, mas ainda assim fui informado que era publico na mesma e que se todos os eleitos na assembleia municipal quisessem estar presentes iria ser um problema logístico. Pedi então ao trabalhador que me enviasse isso por escrito, o que aconteceu.

Encaminhei então essa informação ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando que se pronunciasse sobre o sucedido. Foi-me então enviado uma resposta informando basicamente que não está nas nossas competências assistir a este tipo de reuniões e que estas se destinam apenas aos parceiros. De uma assentada ficamos a saber que a Assembleia Municipal não é parceira da CMA e que os seus eleitos são considerados público em geral e portanto há iniciativas da CMA onde os

[Handwritten signature]

eleitos participam por especial favor e de acordo com os interesses do executivo camarário.

Entende a CDU, que a Assembleia é um órgão municipal eleito directamente pelos abrantinos e que não é aceitável que os eleitos sejam convidados a estarem presentes num encontro e que passado pouco mais de um mês isso já não possa acontecer porque não é do interesse do executivo camarário.

Abrantes, 08 de Setembro de 2017

Os Eleitos da CDU

[Handwritten signature]

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
 Distinta mesa
 Sr^a Presidente do executivo
 Sr^as. e Srs. Vereadores
 Caros presidentes de Junta
 Srs. Deputados
 Comunicação social
 Meus Srs., minhas Sr^as



Muito boa noite a todos.

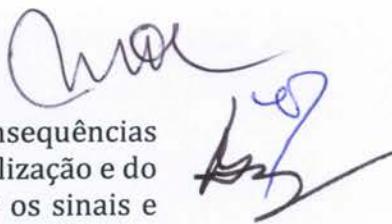
Esta assembleia marca o final desta legislatura, passaram quatro anos e hoje acontece a ultima sessão desta assembleia neste ciclo que ora se encerra. Durante este periodo e as vinte e poucas sessões ocorridas muitos argumentos se esgrimiram, muitas propostas aqui foram analisadas, umas aprovadas outras nem por isso mas de uma forma ou outra cumpriu-se o mandato.

Há quatro anos, quando pela primeira vez aqui me sentei, vinha cheio de vontade e expectativa, acredito que a essencia da democracia reside na representação popular que se traduz especialmente no poder legislativo, as assembleias mais não são que a expressão dessa vontade traduzida num plenário, daí o respeito que devem merecer por parte de todas as pessoas e instituições e o privilégio e a responsabilidade que os seus intérpretes devem sentir por representarem os seus eleitores.

A experiência que convosco partilhei durante estes quatro anos serviu para melhor entender os detalhes do funcionamento desta câmara, as suas virtudes e limitações do seu ambito de actuação. Hoje a lei pede às assembleias um sem número de intervenções em áreas que por vezes não fazem qualquer sentido e no entanto, noutras, em que formalmente tem competências, na realidade não tem, veja-se o caso da intervenção da assembleia no que respeita à reflorestação, é um não trabalho, apenas legitimamos uma estratégia que não decidimos. Acredito que aqui, como noutras frentes de trabalho desta assembleia se pode fazer mais e ir mais longe se todos o quisermos e desejarmos.

Há quatro anos partilhou comigo o então presidente da mesa desta casa Nelson Carvalho a sua vontade de que a assembleia se aproximasse mais dos cidadãos, que em iniciativas regulares promovesse o debate e a aproximação do poder aos mesmos, envolvendo assim todos na reflexão sobre os temas que importam e desta forma criar o envolvimento necessário à participação por parte dos cidadãos nas decisões que nos afetam a todos. Pareceu-me adequado e acredito serviria para credibilizar as instituições políticas junto dos eleitores, pena não ter acontecido.

Hoje vivemos um tempo que tudo desafia e não poupa nada nem ninguém, as pessoas e instituições e até o pensamento politicamente correcto que norteia as atitudes e procedimentos correntes são postos em causa por uma geração que



não aceita limitações. O sistema político não está isento das consequências destes novos tempos e do pensamento resultante dos efeitos da globalização e do advento da tecnologia e da internet. Compete-nos assim interpretar os sinais e promover as mudanças que impeçam se caia num anacronismo prejudicial a todo o sistema.

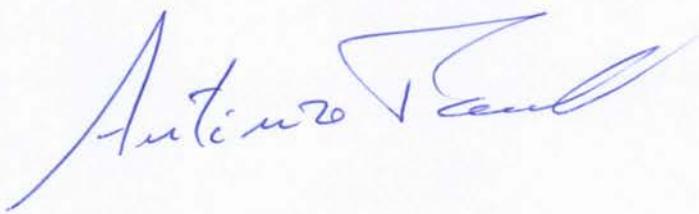
Falar de mudanças na política obriga-nos a falar dos partidos e os partidos são hoje máquinas pesadas e demasiado fechadas sobre si próprias, o afastamento e desinteresse de muitos cria espaços e condições propícios ao desaparecimento do debate interno crucial para que estes sejam geradores de dinâmicas impulsionadoras de desenvolvimento, importa fazer a evolução que se impõe sob pena de vermos multiplicarem-se as soluções alternativas que nem sempre trarão consigo vantagens, podem mesmo, nalguns momentos, representar ameaças ao sistema.

Acredito e desejo que as mudanças ocorram, dois pensam melhor que um e na pluralidade encontraremos os caminhos certos e seguros para construir uma democracia mais plural e participada que no final contemple melhores decisões.

Por opção minha não integrarei qualquer lista às próximas eleições, será um tempo aproveitado para reflexão, preparação e continuidade na intervenção a outros níveis da sociedade. Agradeço-vos a todos o privilégio de convosco ter trabalhado estes quatro anos, quem sabe num outro momento nos voltemos a encontrar neste ou outro contexto. Agradeço especialmente ao Partido Socialista que me convidou e me aceitou na condição de independente.

Obrigado a todos e até sempre

Abrantes, 08 de Setembro de 2017



EDUCAÇÃO

Assembleia Municipal; 8 de Setembro de 2017

No âmbito do Plano Estratégico “Abrantes Comunidade + Viva”, foi assinalada como uma das prioridades a Educação e a Qualificação do Capital Humano, no qual estava previsto a elaboração do Projeto Educativo Municipal (PEM), como estratégia para o nosso concelho rumo a uma Educação de Excelência.

A Câmara Municipal de Abrantes definiu como missão a elaboração desse mesmo projeto, o qual se apresenta como um instrumento privilegiado na definição de uma política educativa local, assumindo-se como elemento catalisador e regulador da ação educativa e formativa concelhia, não só no âmbito das suas competências como também na articulação entre todos os atores educativos e formativos do nosso concelho.

Em fase de balanço do ano letivo e de arranque do novo ano letivo, acrescentar que em julho de 2017, já foi aprovado o 1º Relatório de Avaliação do PEM.

Este PEM, sendo da responsabilidade da Câmara Municipal, contou com a participação de uma equipa multidisciplinar com técnicos do município, diretores e professores dos agrupamentos e escolas não agrupadas, representantes do IEFP, da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes.

Para a sua elaboração todos os representantes da comunidade educativa e outros, foram ouvidos, tendo sido efetuadas metodologias concretas:

- . Levantamento dos indicadores junto das escolas e autarquia;
- . Questionários às associações locais, empresas, juntas de freguesia, associações de pais, associações de estudantes e docentes;
- . Discussões de grupos com partidos políticos e com instituições de serviço público;
- . Entrevistas à Presidente da Câmara de Abrantes e responsáveis pelo Nersant, IEFP, e Universidade Aberta.

Relembramos ainda e porque nunca é demais os principais objetivos do PEM:

- . Desenvolver uma cultura de pesquisa, reflexão e intervenção em educação;
- . Desenvolver o papel de ator principal e interveniente na comunidade educativa;
- . Detetar eventuais situações desajustadas ou problemáticas, tendo em vista a busca de soluções eficazes e inovadoras;
- . Fomentar a interdisciplinaridade, relacionando diferentes áreas e contextos educativos;

- . Desenvolver a capacidade de questionar e a criatividade;
- . Elaborar produtos uteis, necessários e aplicáveis;
- . Inovar e melhorar as práticas na área e contexto alvo.

Como eixos estratégicos de intervenção temos:

Eixo 1 - Dispositivos de melhoria dos níveis de qualidade do sucesso escolar

Eixo 2 - Promoção de ofertas formativas/qualificantes do sucesso escolar

Eixo 3 – Aprendizagem ao longo da vida

Eixo 4 – Articulação Institucional

Eixo 5 - Valorização Educativa dos recursos, equipamentos e infraestruturas

Eixo 6 – Linha de investigação sobre o desenvolvimento do PEM

Para a execução do PEM, as escolas/agrupamentos adequaram e aprovaram os seus Projetos Educativos, e toda a atividade da Câmara Municipal, no que diz respeito às suas competências também se encontra vertida neste projeto. Assim fazer a avaliação da atividade educativa da Câmara Municipal, é analisar os resultados que o PEM nos vai fornecendo.

O PEM, aprovado em reunião de câmara de 7 de julho de 2015, contempla, como já foi referido 6 eixos estratégicos de intervenção, sendo um deles – Eixo 6 – Linha de investigação sobre o desenvolvimento do PEM – consiste na monitorização e avaliação do próprio projeto. Para a operacionalização deste processo foi constituída uma equipa de acompanhamento e monitorização – Observatório PEM – que analisa não só os dados recolhidos, como também sugere alterações ao PEM e emana recomendações às entidades envolvidas na execução deste projeto. No Conselho Municipal de Educação foi constituída, a equipa do observatório do PEM, com 7 membros, designados pelas entidades que representam:

- . 2 Elementos da câmara Municipal;
- . 1 Elemento do agrupamento nº1 de Abrantes;
- . 1 Elemento do agrupamento nº2 de Abrantes;
- . 1 Elemento da escola profissional e desenvolvimento rural de Abrantes;
- . 1 Elemento da escola superior tecnologia de Abrantes;
- . 1 Elemento do centro de recuperação e integração de Abrantes (em representação do Conselho Municipal de Educação).

Maria
HGJ

Esta equipa produziu o 1º relatório de avaliação do PEM, referente ao ano letivo 2015/2016, aprovado em reunião do Conselho Municipal de Educação no dia 31 de julho de 2017. Entre as conclusões apresentadas neste relatório, destacam-se as seguintes:

- . Em 2015/16 foram realizadas aproximadamente 69 % das ações previstas para os 3 anos de execução do PEM.
- . O eixo 1 é o que tem maior taxa de execução seguida do eixo 6
- . Exceto no 1º ciclo, em todos os outros ciclos de ensino se verificou um aumento da taxa de sucesso de 2014/15 para 2015/16
- . De 2014/15 para 2015/16, aumentou o nº de alunos que completaram o ensino secundário- de 221 para 273.

De referir ainda que:

Os diretores de agrupamento, na reunião do Conselho Municipal de Educação, onde foi lido e discutido o relatório, referiram que o Projeto Educativo Municipal de Abrantes criou um contexto onde o relacionamento da Câmara Municipal e dos Agrupamentos e Escolas se tornou mais fácil e mais agradável.

Relativamente ao novo ano letivo, tudo se encontra preparado, sendo que a trajetória de todos está definida e perfeitamente delineada em que o objetivo principal é aumentar a taxa de execução do Projeto Educativo Municipal.

Toda a atividade prevista visa sempre a melhoria da qualidade do sucesso escolar, é um rumo traçado por todos, visando sempre o compromisso e a corresponsabilização de todos os atores educativos e da comunidade em geral.

Nos órgãos que têm as responsabilidades educativas, todos estão representados e todos têm uma palavra a dizer. É preciso usar esses órgãos para que o rumo do transformar Abrantes num concelho educador seja uma realidade.

Esse caminho foi iniciado, está a ser trilhado e com o sucesso já alcançado, maior motivação existe para que em conjunto todos façamos parte de um concelho ainda mais educador.

O nosso compromisso foi este em 2009, reafirmado em 2013 e hoje, em setembro de 2017, estamos convictos de que estamos no caminho certo, um caminho de construção, melhoramento contínuo em que o envolvimento e participação de toda a comunidade educativa têm sido fundamentais.

Abrantes; 8 de setembro de 2017

Franisco José Vilela Jardes

Sr. Presidente da AM
Sra. Presidente da CM
Sras. E Srs. Vereadores
Sras. E Srs. Presidentes de Junta
Caros colegas de AM
Público presente

(doc. 8)

Meus amigos,

Doze anos de empenhamento, de dedicação e de trabalho em prol do meu concelho e das minhas gentes! Experiência essa, bastante enriquecedora e positiva, que me ajudou a crescer enquanto homem e enquanto cidadão! Terminarei hoje o exercício das funções que me foram confiadas, mas podem ter a certeza que continuarei a ser uma presença ativa desta assembleia e um fervoroso cidadão que continuará a lutar por um concelho mais justo, equilibrado e desenvolvido.

No entanto, ainda é noite de fazer política e de por o dedo na ferida! 32 anos da minha vida, em que o PS liderou durante 28 anos os destinos do nosso concelho! E sabem o que é que aconteceu? Assistimos à maior “fuga” de jovens qualificados, para o litoral, para a europa para o mundo, à procura de novas oportunidades, à procura dos sonhos que não eram possíveis concretizar no nosso concelho.

Certamente que a Sra. Presidente me continuará a dizer que este é um problema que assola o interior do país, mas o que a bancada do PSD pretende realmente, é que o PS apresente os resultados das supostas políticas de fixação da população e ou criação de emprego durante estes 28 anos de gestão socialista!

Eu bem sei qual o resultado da gestão socialista que vivia e vive na era do “novo riquismo”, na era do esbanjamento e dos investimentos ruinosos e mal estruturados, como o campo de baseball, o cemitério de Santa Catarina, as estátuas imaginárias pagas a preço do ouro, ou os “flops’s” de atração de empresas como, a RPP Solar ou com a empresa AFEINSA, ou as injeções de capital na Tagusvalley que tardam a surtir o efeito que todos desejamos...

Os anos passam e o resultado é uma perda continua de população! Entre 1991 e 2016 falamos numa diminuição da população em de cerca de 10 mil habitantes, sendo necessário novamente questionar, o que foi feito durante todos estes anos de gestão socialista para atrair e fixar população? Já o bastonário da ordem dos engenheiros no outro dia em entrevista ao jornal “O Mirante”, dizia que não entendia a razão de Abrantes não conseguir fixar população e captar indústrias, pois até apresenta boas acessibilidades e bons equipamentos públicos e ensino superior, e nós, a bancada do PSD também não entendemos esta inércia, esta incapacidade crónica destes sucessivos executivos socialistas.

A título de exemplo, o concelho de Vila de Rei, independentemente da sua dimensão económica e populacional, torna-se num claro caso de sucesso no que diz respeito à fixação de população, trabalho esse, que não é de hoje e que tem vindo a realizar-se desde 1999, pois os “atores” políticos locais entenderam a

perda da população como um dos principais problemas do seu concelho e o que certo, é que segundo dados estatísticos (pordata) no período de 2001 a 2016, apresenta-se como um concelho que não perdeu população, tendo assim, conseguido inverter a tendência generalizada na região do medio tejo e do interior.

Por isso, torna-se importante questionar a Sra. Presidente e o Partido Socialista, se durante os 28 anos de gestão do PS, nunca definiram a perda de população como o verdadeiro problema do nosso território?

Sra. Presidente, a fixação de população e o emprego, são essenciais para termos desenvolvimento económico e social sustentado no nosso concelho, e nesse sentido, a bancada municipal do PSD reconhece os **tímidos e recentes** incentivos à criação de emprego/empresas através do "Abrantes INVEST", bem como os incentivos fiscais para as famílias e empresas do nosso concelho no âmbito do IMI e derrama, mas, no entanto, são insuficientes e necessitam de ações com maior eficácia e maior impacto.

Em 2014 em sede de AM, o deputado José Miguel Vitorino – PSD – já tinha reforçado através da "Proposta fixação jovem" para que o executivo de uma vez por todas colocasse na sua agenda política a problemática da perda de população, e hoje voltamos a este assunto, porque entendemos que há muitos anos que este é o verdadeiro problema do concelho, que não tem sido atacado nem minimizado.

Há coisas que ao comum mortal não são fáceis de entender! Como é possível, por exemplo, um executivo socialista gastar 215 mil euros numa escultura imaginária, "celebração do tempo", para comemorar o centenário da cidade, ou como é possível, outro executivo socialista despender 223 mil euros em outra "cidade" imaginária no "Aquapolis", e nunca ter existido alguém de carne e osso, do mundo real e não do imaginário, que durante estes 28 anos de gestão socialista, gastasse, desculpem, investisse esse mesmo dinheiro, por exemplo:

- Em um empreendimento de habitação a custos controlados, por exemplo na Freguesia de Aldeia do Mato e Souto ou na Freguesia de Carvalhal;
- Na aquisição de lotes para construção de habitação a preços simbólicos;
- Na aquisição de imóveis degradados no centro histórico da cidade e nos centros históricos das freguesias rurais, para alugar/vender a jovens casais a preços simbólicos;
- Em apoios financeiros para a frequência das crianças nos infantários ou criação de uma creche social;
- No apoio financeiro/subsídio ao nascimento e adoções;
- Na isenção de pagamento de refeições escolares no Pré-Escolar/Ensino Básico;

Enfim, existem uma quantidade de medidas que poderiam ser implementadas e que teriam impacto, com toda a certeza, na resolução deste grave problema ou que, pelo menos, o minimizariam. Por isso Sra. Presidente, até me poderá chamar de demagogo ou populista, mas pode ter a certeza que as nossas opções políticas e estratégicas para o concelho seriam bem diferentes. Para ser verdadeiramente potenciado, o

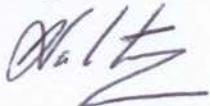
Concelho necessita de alterações estruturais que não se compadecem com soluções de maquilhagem. Renunciar a despesas com eventos como, por exemplo, o "Creative Camp", que só nos últimos quatro anos oneraram os cofres da autarquia em 282 mil euros ou com a aquisição de esculturas milionárias, ou com a aquisição de 30 árvores bordadas a ouro que custaram 60 mil euros, seria um ato de boa gestão dos recursos coletivos, que deveriam ser direcionados para melhorar a atratividade do concelho, de forma a fixar os jovens e famílias, atenuando este flagelo da perda de população.

Este assunto deve ser prioridade para todas as forças políticas, e peço que após o dia 1 de outubro, ganhe quem ganhar, não se deixe cair no esquecimento este problema que mata a dinâmica e a vida do nosso concelho, comprometendo seriamente o seu futuro.

Sra. Presidente, o futuro só estará aqui se os vencedores das próximas eleições autárquicas estiverem genuinamente dispostos e forem capazes de inverter significativamente o rumo da governação que, ao longo das últimas décadas, tem condenado e esvaziado este Concelho que tanto estimamos. De uma vez por todas, que o concelho seja posto acima de tudo, em detrimento das lógicas que apenas serviram para lhe tirar população e protagonismo, quer a nível da região em que se insere, quer a nível nacional!

Abrantes, 8 de setembro de 2017

Diogo Valentim



(doc.9)

Intervenção da bancada do PSD no PAOD da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 08 de Setembro de 2017

O actual mandato autárquico constituiu a minha primeira experiência como eleita local. Encarei tal experiência como mais um desafio entre muitos outros que, felizmente, a vida me tem proporcionado.

As expectativas, à partida, eram altas. Esta experiência permitir-me-ia conhecer por dentro o funcionamento de um sector fundamental do Estado: o Poder Local.

Cabia-me a tarefa de coordenar um grupo determinado e cheio de vontade de contribuir de forma construtiva para uma mudança absolutamente necessária no Concelho de Abrantes. Os nossos propósitos estavam bem patentes na intervenção feita por altura da tomada de posse dos membros deste Órgão. Passo a citar algumas passagens:

É com grande sentido de responsabilidade e de dedicação à causa comum, que os membros que integram a bancada do Partido Social Democrata nesta Assembleia Municipal, assumem as funções que lhes foram confiadas pelos eleitores.

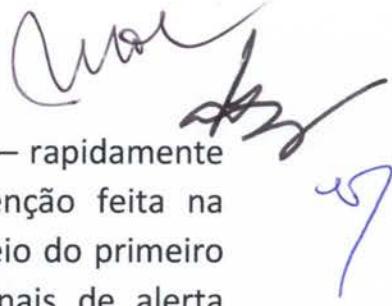
Contribuiremos, na medida das nossas possibilidades, para a prossecução do bem comum, norteados por critérios de rigor e de transparência e sem perder de vista a construção do futuro que só será possível com desenvolvimento efectivo e com bem-estar social.

Seremos atentos e críticos, no âmbito de uma oposição construtiva, que entendemos fundamental para o funcionamento das instituições democráticas.

A Democracia constrói-se, aperfeiçoa-se e sedimenta-se na vida diária dos cidadãos e das instituições que são a sua expressão.

Um sistema democrático só sobreviverá se existirem diferentes perspectivas e ideias que possam ser analisadas e debatidas, de forma esclarecida e construtiva, sempre na perspectiva do bem comum.

Pela nossa parte, tudo faremos para elevar e dignificar a Assembleia Municipal de Abrantes, como órgão democraticamente eleito e, como tal, como espaço privilegiado de debate de ideias, tendo em vista o bem comum, o desenvolvimento efectivo do Concelho e a promoção da qualidade de vida dos seus cidadãos.



29

Porém, e infelizmente, - pois as razões não foram as melhores – rapidamente chegou o desencanto, bem expresso e ilustrado na intervenção feita na Assembleia Municipal de 26 de Abril de 2014. Com efeito, a meio do primeiro ano de mandato, muitos eram os maus presságios e os sinais de alerta relativamente àquilo que se poderia esperar deste Orgão, nomeadamente, em relação à função fiscalizadora da acção da Câmara Municipal. Os sinais de alerta então referidos tinham a ver com o Mapa Judiciário, com as questões da Transparência e com a Educação. Já era claro, nessa altura, que a função deste Orgão era apenas a de legitimar de forma acrítica a acção do Executivo Camarário, mesmo que fosse em prejuízo do Concelho e das suas populações. Não vou aqui reproduzir o que foi então dito, pois a intervenção está anexa às actas que, certamente em nome da transparência, deixaram de ser publicadas no local criado para o efeito no início do mandato.

Ao fim de 6 meses era claro que o sentido de responsabilidade, os critérios de rigor e transparência, o sentido crítico e a valorização da diversidade de opiniões e perspectivas que norteavam a nossa oposição exigente mas construtiva não tinham lugar na vida e nas práticas deste órgão:

- todas as propostas apresentadas pela bancada que represento no próprio dia da Assembleia foram recusadas, ao contrário do que aconteceu com propostas apresentadas exactamente no mesmo momento por outras forças políticas. Resta-nos a satisfação de, em nome da democracia, termos viabilizado a aceitação de todas elas para discussão;
- em resposta ao apelo ao debate de ideias e opiniões que recorrentemente fizemos, chegou a ser dito que este Orgão, e passo a citar, “não é para discutir mas sim para votar”. Resta-nos a satisfação de, apesar disso, e em nome da responsabilidade cívica e da democracia participativa que defendemos, nunca termos desistido de continuar a afirmar a nossa disponibilidade para discutir e apresentar propostas e sugestões;
- em reacção à nossa exigência e rigor relativamente aos processos utilizados e a documentos produzidos respondeu-se com acusações falaciosas. Resta-nos a consolação de nunca as terem conseguido provar.

Cumpridos 4 anos de mandato fica o gosto amargo de constatar que foram poucas as alterações nas lógicas e no modelo governativo do Concelho neste período. Hoje, as lógicas e o modelo são iguais. Justamente os mesmos que ao longo das últimas décadas têm condenado este concelho e contribuído para que

M
bz
49

um Concelho que tinha tudo para ser atractivo e oferecer uma boa qualidade de vida aos seus cidadãos, seja um concelho em registo de sobrevivência, fruto da ininterrupta perda de população que bate recordes na região onde se insere. Por que razão o Concelho de Abrantes repele em vez de atrair?

No início do mandato acusávamos os governantes locais de falta de estratégia de desenvolvimento para o Concelho. Mas ao longo do mandato, e por força das exigências de acesso aos apoios comunitários do Portugal 2020, assistimos a uma produção em massa de documentos estruturantes, incluindo, o Plano Estratégico. O pior é que todos eles foram encomendados fora, denunciando uma real falta de estratégia dos governantes para o Concelho. E não procuremos justificar o que é inaceitável e injustificável com o argumento de que é bom que seja feito com o olhar distanciado de quem está de fora. Como é na vossa casa? São as visitas que vêm de fora que sabem qual é a melhor forma de a organizar? Obviamente que as opiniões de quem está de fora são sempre úteis e válidas e devem merecer a nossa atenção e ponderação, mas não abusemos...!!! Só é pena é que este argumento só seja válido quando convém. Em sede de Assembleia Municipal nunca sentimos muito a sua aplicação.

Ora, esta falta de estratégia tem consequências catastróficas, pois, desde logo, inibe e prejudica a existência de políticas municipais adequadas e eficazes que permitam inverter a lógica de perda e promover o desenvolvimento sustentável. E isto é transversal a quase todas as áreas, da política educativa à fiscal, passando pela florestal e terminando na cultural.

Quanto à Educação, como é que é possível que tenhamos começado o mandato com uma carta educativa que já devia ter sido revista e que o terminemos com a mesma carta educativa caduca? É inacreditável. Só irresponsabilidade e incompetência podem justificar tal situação. Os mais atentos lembrar-se-ão o quanto críticos fomos relativamente a todo este processo, quer pela boca dos eleitos deste órgão, quer pela boca da vereadora. O tempo demonstrou que estávamos cobertos de razão! Deixamos novamente aqui a pergunta que fizemos no dia 26 de Abril de 2014: Como pode ser levado a sério um Município que nem a sua Carta Educativa é capaz de rever?!

Quanto à política fiscal, não vale a pena dizer nada, pois 4 anos de mandato, 4 anos a fazer propostas que caíam em saco roto. As actas das reuniões quer da

Mel

Câmara quer da Assembleia confirmam, por si, as nossas propostas nesta matéria. Poderiam ter mudado alguma coisa? Talvez!

A política florestal foi outro cavalo de batalha que, infelizmente para todos nós, perdemos. A insistência nesta matéria foi transversal à Câmara, através da vereadora Elza Vitório e à Assembleia Municipal. Num último grito de alerta, eu própria, no passado dia 12 de Julho, por ocasião do Briefing para o qual os membros desta assembleia haviam sido convidados a participar pedi uma discussão alargada, incluindo em sede de Assembleia Municipal, sobre a questão florestal, nomeadamente, a questão da prevenção. Foi-me respondido pela senhora presidente que, dada a proximidade das eleições, essa discussão não era oportuna, pois corria-se o risco de ser politizada. Que fique claro que não admitirei nunca que nos acusem de politicar a questão, pois se não foi trazida à discussão atempadamente e longe das eleições não foi por falta de interesse dos actuais eleitos pelo PSD em discutir essa matéria, nomeadamente na sequência dos inúmeros pedidos de rearborização com eucaliptos a que o executivo deu sempre, sempre, parecer positivo.

A política cultural não é excepção: Insiste-se em esbanjar dinheiro com o CreativeCamp, sem que se percebam os benefícios que daí advêm para o Concelho. A Sra Presidente pode vir com a conversa do impacto de ter imagens de obras de Abrantes em Lojas de elite das maiores capitais europeias, mas isso, para nós, é "maquilhagem". Quantos turistas visitaram Abrantes por terem visto essas imagens e por quererem visitar o local onde as mesmas foram feitas? Quais são, concretamente, as mais-valias daí resultantes? O que é certo é que todos os anos ficam pela cidade, sobretudo, pelo centro histórico, restos deteriorados das obras produzidas, conferindo, nalguns casos, um aspecto degradante à cidade, fazendo lembrar os chamados dormitórios de algumas capitais europeias. Alguns registos fotográficos ajudariam a ilustrar esta realidade.

Para além disto, que seriedade pode existir na política cultural de um concelho que nem sequer classifica de interesse municipal os imóveis que correspondem aos espaços privilegiados de vivência cultural e fruição artística? Pelo menos não constam da lista entregue pelos serviços, na sequência do pedido feito pela vereadora Elza Vitório!! E como se isto não chegasse, como se pode admitir que o município autorize e patrocine intervenções nesse património imobiliário que o descharacterizam e condenam quer o seu valor arquitectónico, quer o seu valor histórico, para além de comprometer a sua versatilidade e o seu potencial enquanto espaços de vivência cultural e artística?

[Handwritten signature]

Reconhecemos como positivo o esforço feito ao nível da saúde, quer procurando atrair profissionais com a atribuição de apoios financeiros, quer dotando a cidade de uma nova infraestrutura de saúde, que permitiu instalar uma Unidade de Saúde Familiar. Mas não chega!!

Terminamos este mandato autárquico com a sensação de missão cumprida, dentro dos limites em que nos foi possível intervir: estivemos atentos, fomos críticos, exigentes, responsáveis, rigorosos e disponíveis, embora tenhamos consciência de que nem assim conseguimos alterar grande coisa.

O défice democrático que se vive em Abrantes ao nível da governação é, em nosso entender um problema estrutural contra o qual é difícil lutar. Se dúvidas houvesse em relação a isto, o lamentável episódio da recusa abusiva e ilegal de incluir na Ordem do Dia desta última reunião magna uma iniciativa de vários membros deste órgão é bem a prova do que afirmamos. Este défice democrático é, sem dúvida, um problema estrutural que, impedindo que um órgão democrático seja um espaço de debate de ideias e opiniões tendo em vista o melhor para o concelho, constitui um obstáculo sério ao desenvolvimento sustentável que esta bancada ambiciona para o nosso Concelho.

Ao chegar ao fim resta-nos a consolação de termos cumprido aquilo a que nos propusemos no início do mandato: defender os interesses do Concelho e dos seus municípios e contribuir, com uma intervenção crítica, responsável e rigorosa, para a elevação e dignificação da Assembleia Municipal de Abrantes.

Margarida Toste Marques

CMel
(doc.10)

AM 8 de Setembro de 2017

**Recurso para a Assembleia Municipal da deliberação da mesa da Assembleia que
rejeitou a inclusão de um ponto na ordem de trabalhos**

No dia 1 de Setembro de 2017 deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal um pedido para a inclusão de dois pontos na ordem de trabalhos, a saber:

- i) «Incêndios, Causas e consequências»;
- ii) «Pela não demolição do antigo mercado diário de Abrantes»;

No mesmo dia foi recebido um e-mail dos serviços da Assembleia Municipal em resposta ao pedido de inclusão, no qual se aceitava a inclusão do primeiro ponto na ordem de trabalhos e a rejeição do segundo. Quanto à fundamentação da rejeição do segundo ponto, pode ler-se no e-mail que: «O pedido de integração (...), não é satisfeito por anteriormente ter sido recebido requerimento de exercício do direito de petição, subscrito nos termos legais, por mais de 250 assinaturas, processo este que está em desenvolvimento por forma a que, devidamente instruído, seja incluído na ordem de trabalhos numa próxima sessão ordinária desta Assembleia Municipal.»

Ora, não se entende a recusa da inclusão do segundo ponto na ordem de trabalhos, nem mesmo a justificação apresentada. Vejamos, porquê:

1. Competência da Assembleia Municipal para se pronunciar sobre a matéria em causa:

Nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 2, alínea k), da Lei n.º 75/2013, é competência da Assembleia Municipal «Pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município.» Segundo o previsto no artigo 23.º, n.º 2, alíneas e), m) e n), são atribuições do município o «património, cultura e ciência», a «promoção do desenvolvimento» e o «ordenamento do território e urbanismo».

MML

Com efeito, a demolição do Mercado Diário, por se subsumir a estas atribuições do município, constitui, de forma inequívoca, um tema da competência da Assembleia Municipal.

ESJ

2. Competência dos eleitos para inclusão de pontos na ordem do dia e pressupostos para essa inclusão:

Segundo o artigo 53.º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 75/2013, «A ordem do dia deve incluir os assuntos indicados pelos membros do respetivo órgão, desde que sejam da competência deste e o pedido correspondente seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de: Cinco dias úteis sobre a data da sessão ou reunião, no caso de sessões ou reuniões ordinárias».

Daqui, resulta que os membros eleitos têm competência para incluir pontos na ordem de trabalhos desde que satisfeitos dois pressupostos: um material e outro formal ou temporal. O primeiro, material, diz respeito à competência da Assembleia para deliberar sobre aquela matéria, que, como vimos, existe. O segundo, temporal, diz respeito à antecedência com que deve ser feito o pedido de inclusão. No nosso caso, o pedido deve ser feito com cinco dias úteis de antecedência, o que foi cumprido, uma vez que o pedido foi feito no dia 1 de Setembro (sexta-feira) para uma sessão de Assembleia que decorre dia 8 de Setembro (sexta-feira).

Chegados aqui, cumpre referir que nos termos do disposto do artigo 29.º, n.º 1, alínea e), da Lei n.º 75/2013, é competência da mesa da Assembleia Municipal, «Encaminhar, em conformidade com o regimento, as iniciativas dos membros da assembleia municipal, dos grupos municipais e da câmara municipal». Esse encaminhamento, neste caso, prende-se com a inclusão de um ponto na ordem de trabalhos, cuja elaboração é da competência da mesa segundo o previsto no artigo 29.º, n.º 1, alínea c).

Ora, como vimos, nos termos do disposto no artigo 53.º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 75/2013, a inclusão de um ponto na ordem de trabalhos exige o cumprimento de dois pressupostos. Como observámos anteriormente, este pressupostos foram cumpridos, pois é competência da Assembleia Municipal a pronúncia sobre a matéria em causa e o pedido foi feito com a antecedência exigida. Este entendimento não foi, sequer, posto em causa pela mesa da Assembleia Municipal, merecendo, por isso, a sua concordância.

W
es
AS

Ora, a decisão de aceitação ou não da inclusão de um ponto a ordem de trabalhos por parte da mesa da Assembleia Municipal, é uma decisão vinculada, na medida em que, no caso de estarem verificados os pressupostos, a decisão só pode ser positiva e, no caso de não estarem, só pode ser negativa. Dito de outra forma, não existe no exercício desta competência qualquer discricionariedade da mesa da Assembleia Municipal, estando ela, vinculada à inclusão do ponto na ordem de trabalhos. Não o tendo feito, a sua decisão padece de ilegalidade e deve ser alvo de recurso para o plenário nos termos do previsto no artigo 29.º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013.

A tudo quanto se disse, acrescenta-se ainda, embora não seja necessário, que a justificação de «ter sido recebido requerimento de exercício do direito de petição» não constitui qualquer fundamentação válida para negar o direito dos eleitos locais à inclusão de um ponto na ordem de trabalhos. Não existe qualquer disposição legal na Lei da Petição Pública ou no Regimento desta Assembleia que permita tal decisão. Os eleitos locais exercem um mandato de natureza política, tendo direitos e deveres específicos face aos restantes cidadãos. Jamais uma iniciativa de cidadãos pode pôr em causa o exercício de um mandato de representação com legitimidade directa e vice-versa. Em bom rigor, uma vez que nos termos do disposto no artigo 29.º, n.º 1, alínea h), da Lei n.º 75/2013, é competência da mesa da Assembleia Municipal «Encaminhar para a assembleia municipal as petições e queixas dirigidas à mesma» e tendo em conta que a petição foi recebida no dia 11 de Agosto, esta deveria ter sido incluída na ordem de trabalhos da sessão de 8 de Setembro de 2017.

Posto isto, em cumprimento da legalidade administrativa e no respeito pelo mandato dos eleitos locais, recorre-se para o plenário da Assembleia Municipal da decisão da mesa da Assembleia de não satisfazer o pedido de integração do ponto «Pela não demolição do antigo mercado diário de Abrantes» na ordem de trabalhos da presente sessão.

Assim,

A Assembleia Municipal de Abrantes, reunida na sessão ordinária de 8 de Setembro de 2017, delibera recorrer da deliberação da mesa da Assembleia que rejeitou inclusão na ordem de trabalhos do ponto «Pela não demolição do antigo mercado diário de Abrantes», admitindo, como consequência, que tal ponto conste da ordem de trabalhos da presente sessão.

*A bancada do PSD
José Nogueira*

³ *A bancada do BE
Ana*



Mesa Ponto 1.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL – 8 SETEMBRO DE 2017
PONTO DE SITUAÇÃO DAS ATIVIDADES MUNICIPAIS

OBJETIVO ESTRATÉGICO: EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO POTENCIAL HUMANO

Projeto Educativo Municipal

As ações estão a decorrer conforme o previsto no Plano de Ação. Foram efetuadas reuniões do Observatório PEM, de acordo com o previsto no Eixo 6 – Linha de Investigação sobre o desenvolvimento do PEM, foi entregue o primeiro relatório de avaliação do Projeto Educativo Municipal de Abrantes, elaborado pela equipa do Observatório do PEM do qual já foi dado conhecimento na reunião de Câmara

Requalificação do Colégio de Fátima em Centro Escolar de Abrantes

Lançamento da empreitada efetuado em fevereiro de 2017 (prazo de execução da obra – 720 dias). Procedimento a decorrer

Apoio em atividades que reforcem o envolvimento da comunidade educativa (atividades extracurriculares, apoio à família e tempo livre)

Preparação do processo das Atividades de Enriquecimento Curricular 2017/18

Estabelecimento de Acordo com as associações de pais e associações locais para o desenvolvimento das atividades de apoio à família no pré-escolar e 1.º ciclo

Elaboração de informação referente à elaboração de contratos interadministrativos a estabelecer com as juntas de freguesia (Junta de Freguesia de Alvega e Concavada e Junta de Freguesia de Carvalhal) para o desenvolvimento das atividades de apoio à família no pré-escolar e 1.º ciclo

Efetuados todos os procedimentos para Aquisição de Serviços para Fornecimento de Refeições às Escolas de 1º ciclo e Jardins de Infância do Concelho de Abrantes, ao abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Refeições Escolares da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Efetuados todos os procedimentos referentes à Organização e adjudicação dos “Circuitos Especiais de Transportes Escolares”

Organização dos contratos interadministrativos a realizar com as Juntas de Freguesia de Alvega, e Concavada, Bemposta, Carvalhal, Rio de Moinhos e União de Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede, que mostraram vontade e capacidade de colaboração nos transportes escolares

Inscrição dos alunos com necessidade de transporte na Rodoviária do Tejo

Organização e planeamento dos recursos humanos (pessoal não docente) necessários ao funcionamento dos estabelecimentos de ensino (pré-escolar e 1.º ciclo)

Realizadas reuniões durante o mês de julho, com todos os Presidentes de Juntas do Concelho, com o objetivo de fazer um balanço do ano letivo anterior (2016/17) e também, para a preparação do próximo ano letivo, referente a arranjos nos recintos escolares (carpintaria, instalações sanitárias, instalações elétricas, cobertura de edifícios, limpeza do espaço escolar, entre outros)

Gestão de todo o processo de atribuição de auxílios económicos para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico e Jardins de Infância do concelho

Articulação com os agrupamentos do concelho e EPDRA para desenvolvimento dos procedimentos para entrega dos prémios de mérito 2016/17

Efetuados procedimentos referente às bolsas de estudo dos alunos bolseiros de Cabo Verde para o ano letivo 2017/2018

Efetuados procedimentos referente às bolsas de estudo para alunos do concelho, (recepção das candidaturas às bolsas de estudo para o ano letivo 2017/2018, e posterior envio para o Rotary Clube de Abrantes)

Elaborados procedimentos necessários para a implementação da plataforma escolar, (reuniões com a CIMT, a Edubox, serviço de educação, serviço de informática)

Melhoria do acesso à Internet nas Escolas do 1º Ciclo

Foram adquiridos 25 Access Points, que serão colocados nas Escolas por forma a melhorar a distribuição do sinal de internet, em toda a área escolar

Decorridas várias reuniões durante o mês de maio entre a CIMT, a Edubox e o serviço de educação, serviço de informática e serviço de contabilidade para dar seguimento aos procedimentos necessários à implementação da plataforma, tendo ficado definido que o processo arranca em janeiro

Reforço da rede municipal de conhecimento, suportada nas bibliotecas escolares, públicas, itinerante e arquivo municipal

Biblioteca Municipal:

Exposição - 200 anos da Invenção da Bicicleta

Evento - 200 anos da Invenção da Bicicleta (Encontro de bicicletas, visita à Exposição)



Conferência "Rede Nacional de Cicloturismo - viagens em modo slow travel" por Paulo Guerra dos Santos

Viagem literária a Coimbra, Abrantes a ler: 10 anos, festa da leitura

BIAgens com livros - A BIA (Biblioteca Itinerante de Abrantes)

Atividades e ateliers de promoção da leitura nas freguesias do concelho (Martinchel; Carvalhal; Aldeia do Mato; Souto; Fontes; Arreciadas; Vale das Mós; Rio de Moinhos; S. Facundo e Pego)

Ler os nossos com Manuel Batista Traquina- apresentação do livro Angola que eu conheci, de Abrantes a Luanda

Fábrica D'Estórias - Destinado ao Pré-Escolar, 1.º Ciclo do Ensino Básico e População Sénior

Aquivo Municipal Eduardo Campos:

Mostras documentais:

- Igreja de Santa Maria do Castelo patente até ao dia 31 de agosto de 2017
- Administração do Concelho de Abrantes entre o dia 4 de setembro e o dia 30 de dezembro.

Encontros de reflexão:

- Encontro de reflexão sobre o Mutualismo em Abrantes - Razão de existir, a 6 de abril de 2017
- Encontro de reflexão sobre a Igreja de Santa Maria do Castelo - Espaço de culto e museológico

Programa de Férias Jovens

- Nos dias 3 e 7 de julho de 2017, presença das crianças e jovens que integraram o projeto Férias Jovens, onde participaram nas atividades “Como se guarda a nossa memória” e “Abrantes aos quadrinhos”

Serviço de Juventude:

Programa de Férias Jovens: Verão ativo 2017 – de 19 de junho a 17 de julho

Aprender com os Nossos: Workshop “Sou Dj” com o Jovem Abrantino Paulo Peixinho

Mergulha no nosso som: Animação musical com DJ Peixinho na piscina de ar livre

Comemoração do **Dia Internacional da Juventude** - (piscinas de ar livre: Animação Musical “DJ Peixinho”, Touro Mecânico, Aula de zumba, Demonstração/Aula Aberta de Ninjutsu. Cidade de Abrantes: Caminhada noturna “Glow Night”

Criação de condições para a instalação da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes no Tecnopolo

Revisão do projeto em curso - entrega da versão final do projeto prevista para 30 de setembro



Receção do projeto para a cantina cafetaria de apoio à ESTA no final de julho, atualmente em revisão de processo para licenciamento

Alargamento e dinamização do Programa de Empreendedorismo na Escola

Programa do Medio Tejo do ano letivo de 2016/17 concluído com o evento final da Feira EMPRE e workshop realizado no passado dia 6 de junho em Vila Nova da Barquinha e em fase de preparação para o arranque do ano letivo de 2017/2018

Apoio na organização do High School Innovation Summit - 2.ª edição, que se realizou no Parque Tecnológico no dia 19 de abril, tendo o projeto vencedor sido selecionado da Escola Secundária Dr. Solano de Abreu

Apoio na requalificação do Pólo do Centro de Formação Regional do IEFP no Tecnopolis

Realizaram-se reuniões para consolidação e definição das novas áreas formativas a integrar no pólo, estando-se atualmente a aguardar os novos layout operacionais para integrar no projeto de arquitetura. Igualmente se deu conta dos investimentos previstos aos órgãos competentes

Conselhos Gerais (Escolas e Agrupamentos)

Participação nos Conselhos Gerais: (Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes, Agrupamento de Escolas n.º 2 de Abrantes e EPDRA)

Parque Escolar

Acompanhamento, avaliação e monitorização das necessidades do parque escolar do concelho de Abrantes (pré-escolar e 1.º ciclo)

Construção de Parque Infantil no Centro Escolar de Bemposta

Obra em execução (Orçamento Participativo 2016)

Construção de Parque Infantil no Centro Escolar de Mouriscas

Obra em execução

OBJETIVO ESTRATÉGICO: PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR E DA QUALIDADE DE VIDA

Construção da Extensão de Saúde do Rossio ao Sul do Tejo

Início da obra em dezembro de 2016 (prazo de execução da obra - 210 dias). Cessão da posição contratual a favor da Sociedade comercial J. C. Bartolomeu – Instalações Eléctricas, Lda

Cemitério de Santa Catarina em Abrantes - Espaço Cemiterial - 4º Talhão

Obra por administração direta - a decorrer

Implementação do Programa de incentivos à Fixação de Médicos de Família

Em curso a atribuição de incentivos a três médicos que integraram a equipa da Unidade de Saúde Familiar de Abrantes relativamente a 2017

Reforço da programação cultural e desportiva

Edição da Agenda Cultural 2017

Programação:

29.junho - A Menina Dança - BAILE COM ... CARLOS CATARINO

02 a 09. julho - 180 CREATIVE CAMP ABRANTES 2017

11 a 16. julho - Caminho da Água, Programação Cultural em Rede CIMT

27.julho - TEATRO DE RUA - A ENTRADA DO REI

24.agosto - Animação de verão - Noite de Fado

31.agosto - Animação de Verão - Academia de Músicos de Abrantes

QUARTEL

15.julho a 29. setembro – O Tempo Inscrito – Memória, Hiato e Projeção

CASTELO

09.junho.2017 a 21.janeiro.2018 - IX ANTEVISÃO DO MIAA – Romanização do Médio Tejo

PARQUE TEJO

1.junho a 30.setembro – Exposição “Jogos Matemáticos através dos tempos”

15.julho; 18 e 20.agosto.2017 - Atividades Desportivas e visita ao Parque Tejo promovido pelo Clube de Triatlo de Abrantes

26.julho.2017 - Visita ao Centro de Interpretação do Tejo em comemoração do Dia dos Avós pelos utentes do Centro Social e Paroquial do Rossio ao Sul do Tejo

MERCADO MUNICIPAL/WELCOME CENTER

24.junho.2017 - Sons no Mercado - Grupo Folclórico e Etnográfico "Os Camponeses" de Vale das Mós

01.julho.2017 - Produtos de Cá – “Montagem de Palha de Abrantes” por Pastelaria Palha de Abrantes

08.julho.2017 - Sabores do Mercado – “Showcooking alimentação vegetariana” com a Vânia Ribeiro autora do blog Made by Choices

15.julho.2017 - Sabores C/ Conto e Medida – “Doces sem Culpas” por Anabela Correia autora do blog Raw Vegan Experience

02.setembro.2017 - Produtos de Cá – “Os produtos das Abelhas” – com a Colmeicentro e Anabela Matias

DESPORTO

24.junho - 6ª Resistência Urbana Noturna de Abrantes – BTT

24.junho - Circuito Nacional de Basebol



- 25.junho - 2º Trail dos Açudes - Sentieiras
- 25.junho - 13ª Edição do Torneio Interconcelhio de Escolinhas de Futebol - encerramento do torneio
- 25.junho - Troféu Nacional de Perícia
- 29.junho - Encontro Gerontolímpico
- 2.julho - III Passeio BTT - Por Terras do Conde
- 15.julho - Atleta Completo Regional de Infantis e Iniciados
- 16.julho - Audace - Conquista dos Castelos BTT
- 30.julho - Circuito Nacional de Basebol
- 5.agosto – Passeio de Bicicleta
- 6.agosto - II Trilho das Casas Baixas - Atletismo
- 18, 19 e 20.agosto - Torneio Internacional de Iniciados
- 27.agosto - 5ª Resistência Branquinhos do Pedal – 3h00
- 3.setembro - Passeio de BTT “Cabeços de São Miguel”

Manutenção da rede viária, equipamentos, espaços públicos, parques infantis e fontanários

Manutenção geral de espaços verdes municipais (corte de relvas, eliminação de infestantes em canteiros, manutenção de árvores) e produção de plantas no viveiro municipal

Renovação de plantas de estação em canteiros e floreiras do Centro Histórico e no Jardim do Castelo

Manutenção de campos desportivos relvados da Cidade Desportiva

Conclusão da execução de espaços verdes na Urbanização de St.ª Luzia - Chainça

Substituição de árvores em mau estado fitossanitário na Avenida do Paiol, Cidade Desportiva, Aquapolis Norte (relvados e estacionamento)

Substituição de plantas na Rotunda do Aquapolis Norte e na rotunda do Tecnopolis

Remoção de árvores em mau estado fitossanitário ou a provocar danos em infraestruturas, no Largo General Godinho, Praceta Dr. João Mota Carvalho e Labirinto de Vale de Rãs

Requalificação de espaços verdes no Parque do Alto de Santo António

Limpeza Urbana e de Edifícios Municipais

Limpeza da residência artística - após realização do Creative Camp Abrantes 2017

Limpeza da antiga Sapataria Lagarto

Limpeza da antiga galeria – evento Human Brush



Limpeza do Mercado Criativo – evento Associação de Estudantes da Escola Secundária Dr. Solano de Abreu e9

Gestão de Cemitérios

- 6 inumações no cemitério de Santa Catarina
- 12 inumações no cemitério de Abrantes (Cabacinho)
- 3 inumações no cemitério de Rossio ao Sul do Tejo
- 9 inumações no cemitério de Alferrarede

Sanidade Veterinária e Saúde Pública

Captura de animais:

- Abrantes - 22 cães / 7 gatos
- Sardoal – 1 cão

Recolha de cadáveres: 9 cães / 2 gatos

3 vistorias a talhos – Pace 7

Campanha de Vacinação Anti-rábica de 13 de junho a 7 de agosto

Continuação de acompanhamento da prestação de serviços – Control de pragas

Inspecção sanitária ao matadouro dos Margaridos – Todas as semanas – 2^{as} e 4^{as}

Gestão de Tráfego e Estacionamento

Análise e apresentação de soluções para 13 interrupções ao trânsito, para a realização de eventos diversos

Análise e apresentação de soluções para 32 ocupações de espaço / via pública, para a execução de trabalhos/atividades diversos

Análise e informação de 14 pedidos para licenciamento de provas desportivas

Análise e informação de 2 pedidos de parecer para passagem de evento na área geográfica do Município

Análise e informação de 18 processos referentes a sinalização

Análise e informação de 2 processos referentes a aquisição de sinalização

Acompanhamento e manutenção das boas condições de funcionamento de todos os sistemas semafóricos existentes na cidade

Manutenção de nove parcómetros existentes na cidade, com respetiva recolha e contabilização semanal de receita e aplicação de consumíveis e ainda 2 pedidos e acompanhamento de assistência técnica

Análise e informação de 4 processos referentes a reservas de estacionamentos para a realização de eventos

Análise e informação de 1 processo para averbamento de alvará de táxi



Análise e informação de 4 processos referentes a autorização para a colocação de sinalética de estacionamento proibido "C15", ao abrigo da alínea c) do art.º 50 do Código da Estrada

Análise e informação de 4 processos referentes a reformulação, ordenamento e regularização do trânsito e/ou estacionamento

Análise e informação de 1 processo para instalação de "Outdoor" em via pública

Análise e informação de 2 processos referentes a queixas de falta de visibilidade provocada por árvores e/ou vegetação

Participação em 2 Questionários da AMT (Autoridade da Mobilidade e Transportes)

Participação em 2 Questionários da ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses)

OBJETIVO ESTRATÉGICO: INCLUSÃO SOCIAL E COESÃO TERRITORIAL

Revisão do Plano de Desenvolvimento Social

Em vigor

Reforço do programa de respostas sociais

Entrada de 14 novos processos (Informações Sociais e respetivas diligências)

Acompanhamento de 42 processos (Contatos telefónicos, atendimentos, receção da documentação para instrução/renovação do apoio)

Em fase de elaboração do Regulamento para definição das regras e estabelecimento das condições aplicáveis à gestão do parque habitacional do Município destinado à ocupação em regime de arrendamento apoiado, disciplinando o procedimento de atribuição das habitações e o regime da sua ocupação e fruição, nos termos do novo regime do arrendamento apoiado, aprovado pela Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, alterada e republicada pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto

Realização da colónia de férias referente aos idosos, crianças e jovens

Alargamento da rede de Teleassistência

Monitorização do funcionamento do serviço e acompanhamento das famílias que usufruem dos 20 aparelhos

Todos os aparelhos estão instalados e não existem utentes em lista de espera

Rede Especializada de Intervenção na Violência de Abrantes

Participação com oficinas práticas nas Férias Jovens sobre Bullying e Violência no namoro

Preparação em conjunto com CIMT e restantes município de candidatura no âmbito do POISE para estruturas de atendimento e apoio a vítimas de violência doméstica e de género

Apoio a vítimas de violência doméstica

Plano Municipal para a Cidadania, Igualdade de Género de Não Discriminação

Realização e participação nas férias jovens – Verão Ativo

Participação no Workshop Igualdade de Género em Portimão

Participação em reuniões com a Comissão para Cidadania e Igualdade de Género para desenvolvimento de trabalho já em curso

Banco Local de Voluntariado

Em vigor

Banco do Tempo

Participação no Encontro Nacional do Banco de Tempo da Primavera, em Coimbra

9.º Edição do Prémio “Autarquia + Familiarmente Responsável”

Submetida a candidatura para a 9ª Edição do Prémio “Autarquia + Familiarmente Responsável”, promovido pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis

Bairro ConVida

Aprovada a prorrogação do projeto por mais um ano

Consolidação do Programa FINABRANTES

Acompanhamento e monitorização das atividades dos 15 projetos aprovados

Dinamização da plataforma Art'Andante

8.abril - ART'ANDANTE - Carrilhão Lvsitanvs

22.abril - ART'ANDANTE - Grupo de Dança Jovem de Casais de Revelhos e Grupo de Danças do Centro Cívico de Alferrarede Velha

10.junho ART'ANDANTE - Recital de Guitarra Clássica Com José Horta

Levantamento de duas habitações permanentes danificadas pelos incêndios

OBJETIVO ESTRATÉGICO: QUALIFICAÇÃO E FACILITAÇÃO DO AMBIENTE DE NEGÓCIO

Expansão e Qualificação do Tecnopolo do Vale do Tejo

Aceleradores de empresas - em processo de revisão do próprio projeto de execução atendendo aos valores apurados na revisão da estimativa orçamental entretanto efetuada

INOV.Point - captação de duas novas empresas e a aprovação do projeto 3i BIOECONOMIA onde o TAGUSVALLEY é parceiro conjuntamente com o CAATA e a BLC3



Igualmente foram aprovados o projeto AGRIO ET EMULSIO e o projeto GEDITEC no âmbito do PORTUGAL 2020, em parcerias lideradas pelo Instituto Politécnico de Santarém e de Tomar, respetivamente

No âmbito do INOV C – rede de inovação da Universidade de Coimbra ocorreu a reunião da parceria no TAGUSVALLEY para proceder à seleção dos projetos de bolsas de ignição e bolsas de investigação a apoiar no âmbito do projeto, seguindo-se uma visita e apresentação dos centros de competências instalados no Parque Tecnológico do Vale do Tejo. No âmbito da RIERC decorreram as sessões do programa de aceleração SPIN+, o qual decorre em Abrantes no TAGUSVALLEY, albergando projetos de todo o eixo da A23

Apresentadas 108 propostas de prestação de serviços no âmbito do empreendedorismo e da inovação no valor total de 113.788,00 €, - já adjudicadas propostas no valor de 50.664,24 € IT.Point - centro acolhimento empresas de base tecnológico - Revisão do projeto em curso - entrega da versão final do projeto prevista para final do mês de Setembro

LINE – execução do projeto aquatropolis, do vale amitronica, da prestação de serviços com a single.code e a apresentar propostas para duas novas máquinas

INOVLINEA – assinado contrato de desenvolvimento para diversos produtos com empresa alimentar, estando em curso ensaios de diferentes produtos e em articulação com o LINE o desenvolvimento de uma máquina para apoiar um processo de industrialização

Participação no grupo de trabalho da CIMT, acolhimento da sessão de lançamento do SI2E no auditório do TAGUSVALLEY e o papel ativo na RIERC e INOV-C

Em paralelo a equipa do TAGUSVALLEY por via da presidência da TECPARQUES colaborou na organização do 11.º Encontro Ibérico de Parques de Ciência e Tecnologia em Portugal em articulação com o TECNET, tendo o mesmo decorrido em S. João da Madeira durante os dias 1, 2 e 3 de junho, tendo os mesmos assinalado um significativo sucesso com cerca de 1400 participantes e o envolvimento ibérico de parques e de empresas nos diferentes painéis

No âmbito do grupo de trabalho para a concretização do projeto da energia inteligente, o município e o TAGUSVALLEY têm assumido posição ativa na concretização e envolvimento dos diferentes parceiros para a sua submissão em candidatura no PORTUGAL 2020

No âmbito da rede de promoção da inovação do TURISMO DE PORTUGAL o TAGUSVALLEY integra dois programas de aceleração TOURISM EXPLORERS e NEWTON com projetos empresariais da região



Obtenção do estatuto de "Zona Empresarial Responsável" para o Parque Industrial de Abrantes e

Obtenção do estatuto de "Zona Empresarial Responsável" para a Zona Industrial do Pego e Tramagal

Processo em análise na sequência das alterações legislativas ocorridas e da informação disponibilizada na ação de formação organizada pela CIMT

Implementação do procedimento especial "Via Verde" do Investimento Estruturante

Procedimento implementado

Dinamização do Serviço Municipal de Apoio ao Desenvolvimento Económico

Reuniões com investidores a decorrer

Campanha de comunicação a decorrer

OBJETIVO ESTRATÉGICO: ATRAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DA INICIATIVA EMPRESARIAL

Criação de um pacote de apoios fiscais e financeiros para investimentos estruturantes

Regulamento em vigor

Criação de Programa de Apoio Financeiro à Criação de Postos de Trabalho Qualificados no Tecnopolo

Regulamento em vigor

2 candidaturas com contratos assinados

Implementação da Estratégia de Revitalização do Comércio no Centro Histórico

Regulamento em vigor

Concedidos apoios ao arrendamento de 18 estabelecimentos, dos quais 9 ainda em vigor, com 25 postos de trabalho criados

Otimizar a gestão das oportunidades decorrentes do Portugal 2020

Em curso procedimento de comunicação às empresas e entidades do concelho, pelo Serviço de Desenvolvimento Económico, sempre que existem oportunidades de financiamento

Adoção de medidas com vista à obtenção do Selo Verde em produtos e serviços

Certificação de Produtos Locais através da plataforma PRODFARMER em curso

OBJETIVO ESTRATÉGICO: ESTRUTURAÇÃO E PROMOÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO

Instalação do Museu Ibérico de Arqueologia e Arte

Obra em curso desde 30 novembro 2016 com conclusão prevista para 28 maio 2019 (prazo de execução da obra - 910 dias)

Projeto de Restauro, Reabilitação, Remodelação e Ampliação do Edifício Carneiro para a instalação de um Núcleo de Arte Contemporânea Charters de Almeida em Abrantes

Lançamento de empreitada para o 4º trimestre de 2017 (prazo de execução da obra - 540 dias)



Valorização do património religioso do centro histórico de Abrantes

Igreja de São Vicente - lançamento de empreitada em novembro de 2016. Assinatura do contrato a 24.05.2017 (prazo de execução da obra - 240 dias). Obra em execução

Quartel Arte Contemporânea de Abrantes - Ampliação da Galeria Municipal de Arte de Abrantes – Quartel para Instalação da Coleção de Arte Contemporânea Figueiredo Ribeiro

Lançamento de empreitada previsto para o 4º trimestre de 2017

Aquisição de Serviços para a execução de Estudo Geológico e Geotécnico para a elaboração do Projeto de Reabilitação e Ampliação da Galeria Municipal de Arte de Abrantes para a Instalação do Museu de Arte Contemporânea – Pólo 2

Procedimento concluído

Dinamização da grande Rota do Zêzere e do Caminho do Tejo

Conclusão da 2ª fase do percurso da rota do Tejo prevista para setembro de 2017

Plano de dinamização em curso

Construção de Área de Recreio e Lazer em Fontes - Abrantes

Processo concluído

Parque Náutico de Recreio e Lazer de Aldeia do Mato – Substituição do “DECK” e Respetiva Estrutura da Piscina Flutuante Existente

Lançamento da empreitada 30.05.2017 (prazo de execução da obra - 20 dias).

Processo concluído

Obras de conservação no Parque Urbano de São Lourenço – Abrantes

Lançamento da empreitada 06.06.2017 (prazo de execução da obra - 20 dias). Obra concluída.

Obras de conservação no Jardim de Infância de São João Batista – Abrantes

Lançamento da empreitada 30.05.2017 (prazo de execução da obra - 20 dias). Obra concluída

Atração de provas, estágios e eventos desportivos

24 e 25. junho - Campeonato Nacional de Juvenis

9.julho - I Rogaine do Médio Tejo

29.julho - Taça de Portugal PorTerra - Triatlo Cross

31.agosto – Portugal x República Checa, Futebol Sub 20

Reforço da presença em feiras, salões, exposições e marketplaces turísticos

Participamos na BTL em conjunto com a CIMT

Efetivamos a candidatura de Aldeia do Mato às “7 Maravilhas de Portugal – Aldeias”

Praça Barão da Batalha – contrato de fornecimento de energia elétrica eventual



Fornecimento de energia às instalações elétricas associadas ao palco a instalar na Praça Barão da Batalha em Abrantes, adiamento do espetáculo “Concerto David Antunes e Amigos” agendado para as Festas de Abrantes 2017 e que, por respeito ao flagelo dos trágicos incêndios de Pedrógão Grande que ocorreram nesse fim de semana, foi adiado para 30 de junho

Pedidos de iluminação pública

Elaboração de diversas informações **relativas** aos pedidos de iluminação pública solicitados pelas Juntas de Freguesia

Aquisição de serviços para a elaboração do Projeto do aterro de acesso ao vão 3 e da colocação de enseadeiras, e de assistência técnica especial - açude Insuflável de Abrantes

Foi elaborado o procedimento. Aguarda outorga do contrato

Praça Barão da Batalha – contrato de fornecimento de energia elétrica eventual

Fornecimento de energia às instalações elétricas associadas ao palco a instalar na Praça Barão da Batalha em Abrantes, adiamento do espetáculo “Concerto David Antunes e Amigos” agendado para as Festas de Abrantes 2017 e que, por respeito ao flagelo dos trágicos incêndios de Pedrógão Grande que ocorreram nesse fim de semana, foi adiado para 30 de junho

Pedidos de iluminação pública

Elaboração de diversas informações relativas aos pedidos de iluminação pública solicitados pelas Juntas de Freguesia

Aquisição de serviços para a elaboração do Projeto do aterro de acesso ao vão 3 e da colocação de enseadeiras, e de assistência técnica especial - Açude Insuflável de Abrantes

Foi elaborado o procedimento. Aguarda outorga do contrato

OBJETIVO ESTRATÉGICO: REABILITAÇÃO URBANA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Conclusão do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Abrantes

Validada a componente de “Relatório do Plano”, “Programa de Execução / Plano de Financiamento” e “Avaliação Ambiental Estratégica”

Em validação e retificação as “Peças Desenhadas” e o “Regulamento”, estimando-se a ultimação do processo durante o mês de setembro, a fim de agendar a entrega da proposta de Plano à Comissão de Acompanhamento



Conclusão do processo de revisão do Plano de Urbanização de Abrantes

Publicada em Diário da República, na data de 05.06.2017, a revisão do Plano de Urbanização de Abrantes, com entrada em vigor no dia seguinte (06.06.2017)

Plano de Pormenor da Zona Industrial de Pego

Em ponderação, pelos serviços técnicos, a alteração de estratégia de plano, equacionando-se a opção de Plano de Urbanização, com vista à operacionalização mais dinâmica de planeamento do território, em função dos interesses de investimento que venham a ser acolhidos (opção obrigatoriamente vertida e considerada no processo de revisão do Plano Diretor Municipal)

Implementação do programa estratégico da área de reabilitação urbana do centro histórico

Programa publicado em Diário da República em 19 de abril de 2017 – em vigor

Proposta final do Regulamento Municipal de Incentivos Fiscais à Reabilitação Urbana – em procedimento de envio para Diário da República

Requalificação do Vale da Fontinha e ligação ao Hospital

Construção do Parque de Estacionamento do Vale da Fontinha - Lançamento da empreitada em fevereiro 2017 (prazo de execução da obra - 540 dias).-Procedimento a decorrer. Obra adjudicada

Requalificação do Largo 1º de Maio

Lançamento da empreitada em 30.12.2016 (prazo de execução da obra - 240 dias). Procedimento a decorrer. Aguarda outorga do contrato

Criação de Parque Lúdico Intergeracional no Bairro de Vale de Rãs - Olival Basto

Lançamento de empreitada em fevereiro de 2017 (Prazo de execução da obra - 180 dias). Obra em execução

Requalificação do Parque do Alto de Santo António - Abrantes

Lançamento da empreitada em 05.04.2017 (prazo de execução da obra - 60 dias). Obra concluída
Aquisição de bens para o fornecimento de Mobiliário Urbano – Procedimento concluído

Requalificação e Pavimentação de Arruamentos em Abrantes

Pavimentação da E.M. 556 entre S. Facundo e Vale das Mós - Lançamento da empreitada em 28.09.2016 (prazo de execução da obra - 120 dias). Obra em execução

Construção de Pontão sobre a Ribeira do Sardoal, em Casais de Revelhos – Abrantes

Lançamento da empreitada em 10.08.2017 (prazo de execução da obra - 120 dias). Procedimento a decorrer. Aguarda adjudicação

Caminho Municipal N.º 1213, que liga Amoreira a Martinchel – Reparação de Anomalias

Lançamento da empreitada 18.07.2017 (prazo de execução da obra - 30 dias). Procedimento a decorrer. Obra adjudicada

A large, handwritten signature is visible in the upper right corner of the page. Below it, the number "159" is written in blue ink.

Requalificação da Rua da Fonte, em Matagosinha – Carvalhal

Lançamento da empreitada 18.07.2017 – (prazo de execução da obra – 30 dias). Procedimento a decorrer. Aguarda outorga do contrato

Requalificação do Largo Espírito Santo – Mouriscas

Projeto de execução concluído (Orçamento Participativo 2016)

Lançamento da empreitada em 28.07.2017 (prazo de execução da obra - 120 dias). Procedimento a decorrer. Aguarda outorga do contrato

Aquisição de serviços para a elaboração de projetos de engenharia para: reabilitação e prolongamento de pontão no Ribeiro dos Carvalhos sob o CM 1231 – Tubaral; Requalificação e ampliação de pontão na localidade de Esteveira; Construção de muro para contenção de talude no acesso ao pavilhão municipal do pego; Requalificação do Beco Mena e Silva em Abrantes; Construção de muros de suporte no Bairro Catroga e Gaio, na Urbanização das Acáias e no Condomínio Barro Vermelho Lote 3 em Abrantes

Procedimento em elaboração

Elaboração dos procedimentos para execução de diversas intervenções no âmbito dos contratos interadministrativos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia

Freguesia de Aldeia do Mato e Souto - Rua do Pisco, Travessa das Amendoeiras, Rua da Belavista, Rua da Pinheira no Souto; Rua da Lameira em Bioucas (pavimentação) – concluído

Freguesia de Alvega e Concavada - Avenida José dos Santos Ruivo entre Concavada e Ribeira do Fernando, Rua da Boavista e Rua de S. João (repavimentação) – concluído

Freguesia de Bemposta - Requalificação de terreno junto ao Centro Escolar de Bemposta; Construção de passeios e bermas na E.N. 2, em Bemposta (Rua Dr. Manuel Rodrigues) - concluído

Freguesia de Rio de Moinhos - Calcetamento do adro da Igreja Matriz de Rio de Moinhos; Asfaltamento de troços de estradas na freguesia – em desenvolvimento

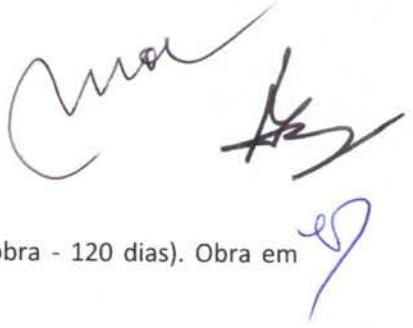
Freguesia de São Facundo e Vale das Mós - Calcetamento da Travessa do Cascalho C – Barrada; Requalificação do Largo do Arneiro – S. Facundo; Calcetamento de passeios e execução de valetas na Rua dos Ramalhais – Vale das Mós – concluído

Freguesia de Tramagal - Repavimentação do Largo do Cemitério e criação de bolsa de estacionamento; Pavimentação da Rua Maria da Glória Torres Pereira, em Tramagal – concluído

Requalificação de imagem do Centro Histórico de Abrantes

Uniformização de mobiliário urbano das esplanadas do Centro Histórico – procedimento em curso

Melhoria das Condições de Mobilidade e Acessibilidade Pedonal no Centro Histórico - projeto concluído. Em fase de lançamento da empreitada



Requalificação de Arruamentos no Centro Histórico de Abrantes

Lançamento da empreitada em 18.07.2017 (prazo de execução da obra - 120 dias). Obra em execução

OBJETIVO ESTRATÉGICO: VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E PREVENÇÃO DE RISCOS

Melhorar a eficiência do sistema de abastecimento de água

Em fase de conclusão a alteração e melhoria da programação do autómato do Hidropressor de São Miguel do Rio Torto, de forma a otimizar a regulação de pressão pela Telegestão

Em curso os trabalhos para a colocação de baixada de energia elétrica no Reservatório de São Facundo, execução de certificação das respetivas instalações elétricas

Em curso os trabalhos para alteração do local de contador de energia elétrica para a Estação Elevatória de Vale das Donas, Reservatório Elevado de São Miguel do Rio Torto, Reservatório da Encosta da Barata

Em curso os trabalhos para o Aumento de Potência e Certificação das Instalações elétricas do Reservatório Elevado de São Miguel do Rio Torto, Reservatório da Encosta da Barata, Estação Elevatória de Vale de Tábuas, Furo de Água Travessa

Em curso a construção de caseta na Estação Elevatória de Vale de Tábuas, para albergue de quadro elétrico e câmara de manobras para aumento de eficiência e potência da instalação

Concluída a verificação dos equipamentos de contagem de grande calibre do caudal de água de entrada e saída da ETA de Cabeça Gorda

Em curso os trabalhos para a integração na Telegestão do caudal de água elevado pelas instalações de Águas de Lisboa e Vale do Tejo, adjacentes às instalações dos SMA da Cabeça Gorda, para otimização da produção

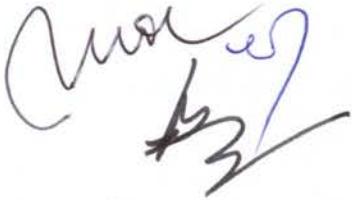
Concluída a colocação de equipamentos de tratamento e monitorização do tratamento, de cloro e de pH, de maior eficácia e rigor, no Reservatório Elevado de Barrada, ETA de Vale das Donas e ETA de Caniceira

Em curso os trabalhos de melhoria no sistema de recirculação da ETA de Vale das Donas

Aguarda-se relatório técnico do estado de conservação, eficiência hidráulica e energética dos grupos de bombagem da Captação de Cabeça Gorda

Em fase de conclusão os trabalhos de recuperação da ETA de Alvega com implementação do sistema de tratamento para a remoção de alumínio e implementação de sistema de comunicações entre esta ETA e os reservatórios de Concavada e Monte Galego

Início dos trabalhos para colocação de ETA piloto em ETA de Mouriscas para a melhoria do sistema de tratamento existente



Estudo para possível contratação de serviços para o fornecimento de geradores por sistema de aluguer, de forma a garantir o funcionamento das instalações em caso de falha de energia elétrica, por origem no distribuidor ou falha nos sistemas de alimentação das instalações, devido a avaria ou calamidade natural. Em fase de elaboração de projeto de execução para interligação, com cabo elétrico, entre a Estação Elevatória Intermédia e a Captação de Cabeça Gorda

Colocação em funcionamento de software de controlo da qualidade da água, com inicio dos trabalhos de definição de pontos de colheita, a fim de fazer o estudo e controlo ao abrigo do futuro Plano de Segurança da Água

Concluídos os trabalhos de melhoria do sistema de pressurização do reservatório de Lomba Cimeira - Mouriscas

Estudo para trabalhos de implementação de sistema de comunicação redundante via GPRS entre a ETA de Cabeça Gorda e a VPN existente, em virtude da linha fixa apresentar muitas falhas. Aguarda-se solução técnica a apresentar pelo operador

Concluído o projeto de instalações elétricas para o armazém de produtos químicos, tintas, diluentes e combustíveis e albergue de compressor a executar na Sede dos SMA

Manutenção e verificação do funcionamento da ETA para remoção de alumínio do reservatório de Bemposta

Em curso a implementação de um sistema de comunicações via WIFI entre o reservatório de São Facundo e EE de Vale das Mós/São Facundo e programação de autómatos

Implementação de sistema de comunicações entre o Furo de Vale das Mós e Reservatório de Vale das Mós (Zona Alta), com integração de envio de SMS de alarme e programação de autómatos

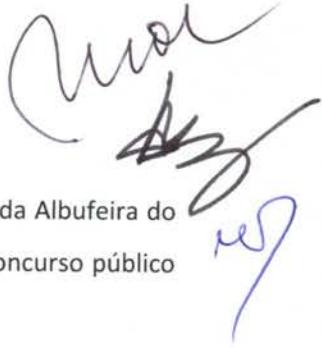
Estudo para a ampliação de uma rede de comunicações a fim de alojar a transmissão de dados da rede existente explorada pela informática, até ao armazém da sede dos SMA, a fim de evitar a degradação das comunicações e assegurar a qualidade das mesmas sem colisões

Manutenção e otimização dos sistemas de monitorização via SMS e otimização operacional com recurso ao sistema de telegestão

Continuação da renovação do parque de contadores de água

Desenvolvimento de estudo para implementação de Zonas de Medição e Controlo

Continuação das ações de monitorização e optimização das soluções de tratamento de água e das infraestruturas a ela associadas - processo complementado com elaboração, em curso, de Plano de Segurança da Água



Abastecimento a São Miguel, Tramagal, Pego e Concavada de água proveniente da Albufeira do Castelo de Bode – aprovado o processo para lançamento de procedimento de concurso público para o troço Vale das Donas – Tramagal

Melhoria do serviço prestado na área dos resíduos sólidos urbanos

Efetuada a instalação de software para expansão do projeto “Abrantes Cidade Inteligente” – Gestão de Resíduos, em mais 2 viaturas

Em curso a instalação de 1000 TAGS nos contentores dos RSU

Adjudicada a aquisição de viatura de RSU

Efetuada campanha de sensibilização na área dos RSU em algumas escolas do ensino básico – Comemoração do Dia Mundial do Ambiente

Melhoria dos sistemas de gestão

Em fase de desenvolvimento o processo de implementação do sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho

Em fase de preparação da auditoria interna ao Sistema de Gestão da Qualidade

Em desenvolvimento o Plano de Segurança da Água

Concluída a Formação “Curso de Auditorias ao Sistemas de Gestão”

Desenvolvimento de programa de apoio à constituição e gestão de zonas de intervenção florestal

Análise dos diversos instrumentos legais existentes e dos cenários abertos pelo Programa Desenvolvimento Rural (PDR 2020) para estruturação do programa de apoio à constituição e gestão de zonas de intervenção florestal

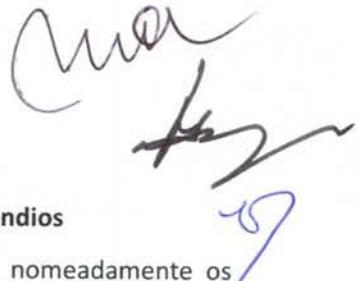
Implementação do programa de proteção de aglomerados populacionais e rede viária, com a limpeza da floresta

Execução do plano de limpezas realizado pelos sapadores florestais

Candidatura (PDR2020-813-026584) – Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos - em análise pelo PDR2020

Candidatura (PDR2020-814-015375) - Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos/Incêndio 2015 - aprovada pelo PDR2020. Intervenção em curso

Candidatura (PDR2020-814-030267) - Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos/Incêndio 2016 - aprovada pelo PDR2020



Atualização e implementação do Plano Municipal de defesa da floresta contra incêndios

Execução e acompanhamento das ações previstas para o ano de 2017, nomeadamente os trabalhos da rede viária florestal responsabilidade do Município e da rede de transporte e distribuição de energia responsabilidade da EDP

Atualização e aprovação do Plano Municipal de Emergência (PME)

A aguardar aprovação da ANPC

Levantamento de Infraestruturas e Equipamentos Municipais danificados pelos Incêndios

Executado

OBJETIVO ESTRATÉGICO: PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

Desenvolvimento de programa de otimização do desempenho energético dos edifícios e frotas do Município

Implementada aplicação piloto para a gestão de consumos de energia no âmbito do projeto “Abrantes Cidade Inteligente”. Em desenvolvimento o alargamento ao Centro Histórico com previsão de entrada em produção no mês de outubro

Implementada aplicação piloto para a gestão de frota no âmbito do projeto “Abrantes Cidade Inteligente” – Em desenvolvimento o alargamento a toda a frota municipal com previsão de entrada em produção no mês de outubro

Aquisição de serviços para a implementação de medidas no âmbito da utilização racional de energia em instalações municipais - Lançamento consecutivo de procedimentos de aquisição de energia elétrica no mercado liberalizado através do Acordo quadro da CIMT, à medida que os procedimentos em curso terminam

Levantamento da IP do concelho - Levantamento base concluído, em atualização continua pela Agência de Energia MT21

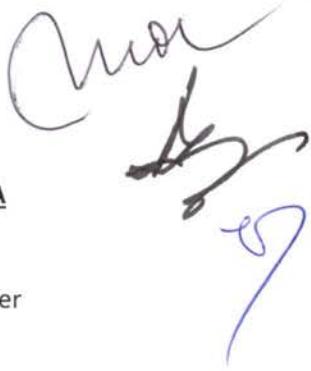
Criação de programa de otimização do desempenho energético dos sistemas de iluminação pública

Implementada aplicação piloto para a gestão de consumos de energia no âmbito do projeto “Abrantes Cidade Inteligente” – Em desenvolvimento o alargamento ao Centro Histórico com previsão de entrada em produção no mês de outubro

Investimento em Iluminação Pública (em colaboração com a Agência Médio Tejo 21) – candidatura submetida

Aquisição de energia elétrica no mercado liberalizado para instalação em BTE (Baixa Tensão Especial)

Contratação de energia para o ano de 2017 - processo concluído



OBJETIVO ESTRATÉGICO: GOVERNAÇÃO LOCAL E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Instalação da loja do Cidadão no Centro Histórico

Decisão de abertura do procedimento em 30.05.2017. Procedimento a decorrer

Reestruturação do portal Municipal

Atualizada informação da área do Desenvolvimento Económico em simultâneo com a apresentação da campanha Abrantes INVEST

Promoção do orçamento participativo

Iniciou-se a fase de votação, com uma adesão bastante significativa nas primeiras semanas, estando o processo a decorrer. Foi feita formação presencial nas Juntas de Freguesia que assim o entenderam por forma a dotar os seus colaboradores de capacidade de apoio de proximidade

Promoção da relação eletrónica entre o cidadão/empresário e o governo autárquico, disponibilizando serviços e conteúdos online

Lançada a versão 2.0 do Abrantes 360

Inicio dos testes da plataforma Atendimento 360, que se constituirá como uma plataforma de atendimento digital presencial

Iniciados os contatos e a troca de correspondência técnica com a Agencia para a Modernização Administrativa, tendente à plena integração das plataformas Municipais, com as do Governo Central, nomeadamente:

- Autenticação da Entidade
- Projeto piloto de alguns serviços disponibilizados no BdE
- Plataforma de interoperabilidade, para pagamentos online

Sistema de Gestão Urbanística está a seguir o timeline definido, tendo sido entregue ao serviço de Urbanismo a 1ª fase do projeto (inclui o processo de licenciamento de edificação e os subprocessos associados). Iniciou-se o desenvolvimento dos processos de loteamento que se finalizará em novembro

Estabelecimento de parcerias para a construção de projetos que visem o desenvolvimento de uma "Cidade Inteligente"

Processo de alargamento do projeto em desenvolvimento com previsão de entrada em produção no mês de outubro

Aprofundamento da cooperação técnica e financeira com as Freguesias

Programa Abrantes + Branca – entrega de 16 toneladas de cal para atribuição às juntas de freguesia para caiação de muros, alegretes, fontanários e edifícios do domínio público municipal de pequena dimensão e disponibilização aos munícipes que manifestem interesse



Candidaturas CEI (Contrato Emprego Inserção) 2017 - aprovadas candidaturas para cantoneiros de limpeza a colocar ao serviço das juntas de freguesia – em curso indicação de candidatos por parte das Juntas de Freguesia para ocupação do programa

Apoio técnico às Juntas de Freguesia na elaboração de projetos, organização e desenvolvimento de processos de empreitadas e acompanhamento e fiscalização de empreitadas e obras no âmbito dos contratos interadministrativos e protocolos de colaboração celebrados

Apoio técnico à Junta de Freguesia de Aldeia do Mato e Souto, Alvega e Concavada, Mouriscas, Pego e São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo na construção do processo de ampliação dos cemitérios de Souto, Alvega, Mouriscas, Pego e Bicas - em fase de execução do projeto e desenvolvimento dos processos de empreitada

Implementação do Sistema de Controlo Interno em áreas setoriais da organização municipal

Análise da aplicação de normas, designadamente lei eleitoral e processo eleitoral das autarquias locais, contratação pública, tarefa e avença, RH

Melhorar a Política de Formação

Participação de 117 colaboradores, em 50 ações de formação, num total de 1342 horas

Desenvolvimento de 3 formações Internas, tendo abrangido 88 colaboradores

Aquisição de um veículo pesado de passageiros para transporte coletivo de crianças, com a lotação de 55 lugares + condutor + tripulante, adaptado a passageiros com mobilidade reduzida

Procedimento a decorrer. Abertura de propostas em 08.09.2017.



OFICIAL PÚBLICO – CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS E DE EMPREITADAS

Contratos efetuados de 09/06/2017 a 16/08/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES

Contrato nº 27/2017 – Contrato de Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Reabilitação e Ampliação da Galeria Municipal de Arte de Abrantes para a Instalação do Museu de Arte Contemporânea — Polo 2 - outorgado em 09/06/2017, com MODO ARQUITECTOS ASSOCIADOS, LDA.

Contrato nº 28/2017 – Contrato de Contratação Artística, Aluguer de Som, Luz e Estrados para as Festas da Cidade - outorgado em 13/06/2017, com COR DO SOM — PRODUÇÕES DE ESPECTACULOS, UNIPESSOAL, LDA.

Contrato nº 29/2017 – Contrato de Aquisição de Material Desportivo – outorgado em 16/06/2017, com ARTUR FLORENCIO & FILHOS, AFF, EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS, LDA.

Contrato nº 30/2017 - Contrato de Aquisição de Software Licenciado e Equipamentos Conexos para expansão do projeto “Abrantes Cidade Inteligente” - outorgado em 28/06/2017, com COMPTA – Equipamentos e Serviços de Informática, S.A.

Contrato nº 31/2017 - Contrato da Empreitada de “Parque Náutico de Recreio e Lazer de Aldeia do Mato – Substituição do deck e respetiva estrutura de piscina flutuante existente” – outorgado em 03/07/2017, com Pedro Nicolau de Almeida Barbosa

Contrato nº 32/2017 - Contrato da Empreitada de “Obras de conservação no Jardim de Infância de Abrantes – na Rua Luís de Camões” – outorgado em 04/07/2017, com “Celso Maria Carola”

Contrato nº 33/2017 – SMA - Contrato da Empreitada de “Reposição de Pavimentos na Rua Afonso Vasques Correia - Abrantes” – outorgado em 06/07/2017, com CONSTRUMAÇÃO – Construções e Terraplanagens, Unipessoal, Lda.

Contrato nº 34/2017 – SMA - Contrato de Fornecimento Contínuo de Tubagens e Acessórios de Canalização – outorgado em 11/07/2017, com VIDAMBIENTE – COMÉRCIO E SERVIÇOS, LDA.

Contrato nº 35/2017 - Contrato de Aquisição de Serviços de Apoio Especializado na área da Proteção Civil – outorgado em 01/08/2017, com António Augusto de Melo Correia Coelho e Campos

Contrato nº 36/2017 - Contrato de Aquisição de Serviços de Apoio Especializado na área da Proteção Civil – outorgado em 01/08/2017, com Maria Inês de Azevedo Dias Mariano

Contrato nº 37/2017 - Contrato de Fornecimento de Gás Natural para diversos Equipamentos Municipais ao Abrigo do Acordo Quadro da CIMT (CPCC/01/2016) – Lote 1 – Gás Natural Canalizado – outorgado em 02/08/2017, com GALP POWER, S.A.

Contrato nº 38/2017 - Contrato da Empreitada de “Requalificação de Arruamento no Centro Histórico de Abrantes” – outorgado em 03/08/2017, com ISATEL – Sociedade de Construções, Lda.



Contrato nº 39/2017 - Contrato da Empreitada de “Requalificação de Espaço Público para Criação de Parque Intergeracional no Bairro de Vale de Rás” – outorgado em 04/08/2017, com CONSTRUFORTE – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E EMPREITADAS, LDA.

Contrato nº 40/2017 – SMA - Contrato de Aquisição de Serviços de Gestão de Cobranças – outorgado em 10/08/2017, com MEO – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A.

Contrato nº 41/2017 – SMA - Contrato de Aquisição de Serviços de Comunicação de Voz e Dados Fixos – outorgado em 10/08/2017, com MEO – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A.

Contrato nº 42/2017 – SMA - Contrato de Aquisição de Serviços de Comunicação de Voz e Dados Móveis – outorgado em 10/08/2017, com MEO – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A.

Contrato nº 43/2017 - Contrato de Aquisição de Serviços de Apoio Especializado na Área de Programação Informática – outorgado em 11/08/2017, com HIQ CONSULTING – CONSULTORIA E ENGENHARIA, S.A.

Contrato nº 44/2017 - Contrato de Aquisição de Serviços para Reparação de Contadores de Água – outorgado em 16/08/2017, com RESOPRE – Sociedade Revendedora de Aparelhos de Precisão, S.A.

Acordo Referente ao Contrato nº 65/2012 – Concessão do Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, relativo à incorporação do subsídio de candidatura POSEUR-03-2012-FM-000029 – efetuado em 12 de junho, com a Abrantqua – Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, S.A.

Notário Privativo

Esc. 07/2017 de 23/06/2017 – compra de 1 prédio rústico na Encosta do Castelo, pelo valor de 1.500,00€, a Carlos Alberto Tavares Pereira

Esc. 08/2017 de 30/06/2017 – compra de 1 prédio rústico na Encosta do Castelo, pelo valor de 2.300,00€, a Maria Irene Bento Moedas

Esc. 09/2017 de 24/07/2017 – compra de 1 prédio rústico na Encosta do Castelo, pelo valor de 500,00€, a Maria Manuela Lopes Moreira Filipe

Esc. 10/2017 de 18/08/2017 – compra de 1 prédio rústico na Encosta do Castelo, pelo valor de 1.560,00€, a Maria da Luz da Piedade Rodrigues Gonçalves e Maria José Piedade Rodrigues Malveiro



GESTÃO ORÇAMENTAL

Resumo da Execução Orçamental a 28 de agosto

Execução do Orçamento da Receita

Descrição	Previsões Corrigidas	Receitas Liquidadas	Receita Cobrada Líquida	Tx. Exec.
Receitas Correntes	22.950.630,00 €	16.509.640,34 €	15.952.944,20 €	70%
Impostos Diretos	6.107.710,00 €	5.205.219,14 €	5.205.219,14 €	85%
Impostos Indiretos	162.000,00 €	119.233,58 €	86.652,67 €	53%
Taxas Multas e O. Penal.	99.730,00 €	242.031,64 €	241.390,28 €	242%
Rend. Propriedade	3.168.850,00 €	2.543.087,64 €	2.543.087,64 €	80%
Transf. Correntes	12.245.886,00 €	7.458.769,01 €	7.458.769,01 €	61%
Venda Bens e Serv. Cor.	856.254,00 €	787.552,97 €	383.784,17 €	45%
Outras Receitas Correntes	310.200,00 €	153.746,36 €	34.041,29 €	11%
Receitas Capital	9.462.100,00 €	1.618.570,61 €	1.263.903,93 €	13%
Vendas Bens Investimento	37.830,00 €	32.952,00 €	26.802,00 €	71%
Transferências Capital	9.258.360,00 €	1.566.056,75 €	1.227.239,09 €	13%
Ativos Financeiros	210,00 €	- €	- €	0%
Passivos Financeiros	200,00 €	- €	- €	0%
Outras Receitas de Capital	153.500,00 €	9.699,02 €	- €	0%
Reposições n. Abatidas Pag.	12.000,00 €	9.862,84 €	9.862,84 €	82%
Saldo da gerência anterior				
TOTAL	32.412.730,00 €	18.128.210,95 €	17.216.848,13 €	53%

49

Execução do Orçamento da Despesa

Descrição	Dotação Corrigida	Compromissos Assumidos	Despesas Pagas	Tx. Exec.
DESPESAS CORRENTES	18.796.643,00 €	16.817.303,52 €	10.592.530,86 €	56%
Despesas com o pessoal	7.491.270,00 €	7.457.209,53 €	4.584.393,42 €	61%
Aquisição de bens e serv.	7.119.138,00 €	5.705.880,87 €	3.838.993,72 €	54%
Juros e outros encargos	93.760,00 €	68.905,55 €	35.105,55 €	37%
Transferências correntes	3.692.980,00 €	3.248.453,45 €	1.928.475,85 €	52%
Subsídios	30,00 €	- €	- €	0%
Outras despesas correntes	399.465,00 €	336.854,12 €	205.562,32 €	51%
DESPESAS CAPITAL	13.616.087,00 €	7.472.022,76 €	3.448.037,92 €	25%
Aquisição de bens de cap.	10.808.532,00 €	5.123.341,14 €	2.130.533,58 €	20%
Transferências de capital	434.555,00 €	253.338,88 €	166.738,08 €	38%
Ativos financeiros	230.300,00 €	227.937,00 €	143.968,50 €	63%
Passivos financeiros	1.600.200,00 €	1.587.404,88 €	987.825,08 €	62%
Outras despesas de capital	542.500,00 €	280.000,86 €	18.972,68 €	3%
TOTAL	32.412.730,00 €	24.289.326,28 €	14.040.568,78 €	43%

Informação a prestar nos termos do nº 4 do artº 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro

Saldo e Estado da Dívida a Fornecedores a 28 de agosto de 2017

menos de 30 dias	>30 e <60 dias	>60 e <90 dias	mais 90 dias	Total
78.876,91 €	6.702,23 €	28.024,47 €		113.603,61 €
69%	6%	25%		100%

* Inclui documentos em receção e conferência



9

PEDU	
FEDER INICIAL CONTRATUALIZADO *	6.590.000,00 €
FEDER APROVADO (tx. 85%)	2.675.038,09 €
DIFERENÇA	3.914.961,91 €
TAXA DE APROVAÇÃO	41%
FEDER EXECUTADO	496.773,22 €
TAXA DE EXECUÇÃO	19%

* Majoração de 10% da dotação FEDER do PEDU/PARU (590 mil€) referente à Operacionalização do Acelerador de Investimento Municipal

Extra PACTO e PEDU	
FEDER APROVADO	221.333,28 €
FEDER EXECUTADO	34.279,19 €
TAXA DE EXECUÇÃO	15%

TOTAL PT2020	
FEDER APROVADO	4.782.084,11 €
FEDER EXECUTADO	574.141,15 €
TAXA DE EXECUÇÃO	12%

A Presidente da Câmara Municipal

Maria do Céu Albuquerque



...
e9

QREN 2007/2013 - Execução a 31 de agosto de 2017

CONTRATUALIZAÇÃO 2007/2013	
FEDER INICIAL	6.325.797,00 €
FEDER APROVADO (tx. 85%)	11.229.726,18 €
DIFERENÇA	4.903.929,18 €
TAXA DE APROVAÇÃO	178%
FEDER EXECUTADO	11.229.726,18 €
TAXA DE EXECUÇÃO	100%

QREN 2007/2013 – OUTROS (POVT, MAIS CENTRO, POPH, PRODER)	
Investimento Elegível Aprovado	9.241.061,34 €
FEDER APROVADO	7.798.505,53 €
Investimento Executado	8.750.398,69 €
FEDER EXECUTADO	7.360.448,92 €
TAXA DE EXECUÇÃO	94%

Todas as candidaturas se encontram encerradas, exceto a candidatura “Requalificação da estrada entre Bemposta e Vale das Mós” que por ser uma candidatura em overbooking aguarda deliberação da Autoridade de Gestão para participação ou não. Esta deliberação está apenas dependente de existência de verbas disponíveis dado que todo o processo de candidatura se encontra encerrado e aceite.
 Valor FEDER que falta comparticipar = 338,444,96 €

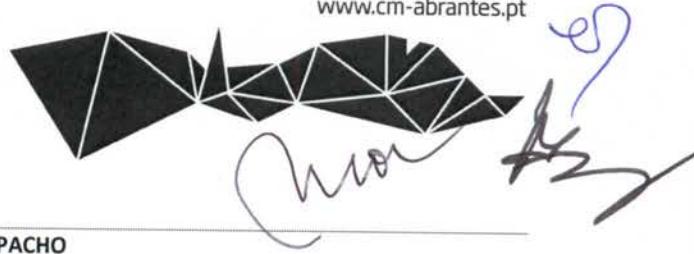
PACTO

PORTUGAL 2020 - Execução a 31 de agosto de 2017

PACTO	
FEDER INICIAL CONTRATUALIZADO	4.051.262,02 €
FEDER APROVADO (tx. 85%)	1.885.712,74 €
DIFERENÇA	2.165.549,28 €
TAXA DE APROVAÇÃO	47%
FEDER EXECUTADO	43.088,74 €
TAXA DE EXECUÇÃO	2%

informação interna

abrantesmunicípio
www.cm-abrantes.pt



INFORMAÇÃO DO RESPONSÁVEL

DESPACHO

Assembleia Municipal
para conhecimento

Câm

28/08/2017

DE
Helder Francisco Fragoso Rodrigues
Chefe da DPEGCH

PARA
Exma. Sra.
Presidente da Câmara Municipal
de Abrantes

Nº

DATA
28/08/2017

ASSUNTO
Processos judiciais

Para efeitos do artigo 35.º, n.º 4 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, anexa-se relação de processos judiciais a correr trâmites nos Tribunais, designadamente Tribunal Judicial de Abrantes, Tribunal Judicial de Alcobaça, Tribunal Judicial da Comarca de Santarém, Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, Tribunal Administrativo do Círculo de Coimbra, Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, Tribunal Central Administrativo Sul e Tribunal da Relação de Évora, salientando que não houve qualquer alteração em relação à ultima relação apresentada na assembleia municipal de junho, porque estamos em periodo de férias judiciais.

Helder Francisco Fragoso Rodrigues
Chefe da DPEGCH

Nº de Processo Judicial	Autor e Réu da Ação Recorrente Recorrido	Matéria de Litígio	Situação Atual do Processo
Valor da Ação			
Proc. 199/05.0 BELRA Trib. Adm.Fisc.Leiria 388.956,37€	Autor: João Salvador, Lda. e Outro Réu: Município ABT	Ação administrativa comum	Em recurso
Proc.1000/07.5BELRA TAF Leiria € 235.990,00	A: Josué de Jesus e mulher R: Município de Abrantes	Ação administrativa comum de forma ordinária	Recurso apresentado pelos AA a correr termos no TCA Sul
Proc. 1165/07.6 BELRA TAF Leiria € 32.487,26	A: Carlos Alberto Amaral Dias R: Município de Abrantes e outros	Ação adm. especial de pretensão conexa com atos administrativos	A aguardar sentença
Proc.149/08.1 BELRA TAF Leiria € 5.735,00	A: Município de Abrantes R: Stell Tejo – Metalomecânica e Fabrico de máquinas	Ação adm. comum	Sentença proferida a ordenar a reversão do lote a favor do Município
Proc. 43/08.6 BELRA TAF Leiria € 55.578,68	A: Gilberto Manuel Silva Matos e outros R: Município de Abrantes	Ação adm. comum – forma ordinária	A correr termos legais
Proc.302/08.8 BELRA TAF. Leiria € 15.613,84	Autor: Salvador Teixeira Duarte Réu: Município ABT	Ação adm. especial	A correr termos legais
Proc. 265/09.2 BELRA TAF Leiria € 5.500,000	Autor: Maria Arlete Ferreira Lopes e outros Ré: Município de Abrantes	Ação administrativa esp. de pretensão conexa com atos administrativos	A correr termos legais
Proc. 353/09.5 TBABT 2.º Juízo, T. J. Abrantes € 59.970,80	Autor: Construções Jorge Ferreira e Dias, Lda., Réu: Município de Abrantes	Ação de processo especial	Suspensa a instância por a A. não ter constituído novo mandatário, sendo tal obrigatório
Proc.1684/09.0 BELRA TAF Leiria € 1.095,83	Autor: Gilberto Manuel Silva Matos Réu: Município de ABT	Ação adm. comum – forma sumária	A aguardar sentença
Proc. n.º 149/10.1 TBABT – 3.º Juízo 500,00€	Insolvente Portigometal – Construções Metálicas, Lda Interessado: Município de Abrantes	Exercício de direito de preferência em insolvência	A correr termos legais
Proc. 1034/10.2 BELRA TAF de Leiria € 21.499,00	Autor: Adelino Dias Frade Réu :Lena –Engenharia e Construções, S.A. Réu Município de Abrantes	Ação adm. comum –forma comum	TAF de Leiria absolveu os réus
Proc. n.º 536/10.5TBABT € 12.160,27	Autor: Diamantino Fouto Jacinto e mulher Réu: Município de Abrantes, S. Municipalizados e interessados incertos	Ação de processo sumário	Remessa dos Autos ao Tribunal da Relação de Évora
Proc. n.º 357/11.8 BECTB €69.300,00	A: Maria Manuela Maia Mascate Marques e outros R: Município de Abrantes	Ação administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos	A aguardar sentença do TCA Sul
Proc. .º 919/11.3BELRA €102.092,51€	A: Município de Abrantes R: Lúdicoideias, Unipessoal, Lda	Ação administrativa Comum na forma ordinária	Continuação de julgamento apenas para alegações agendada para 27/06/2017
Proc. n.º 652/11.6 TBABT, 2.º Juízo, Tribunal Judicial de Abrantes €936,69	Insolvente: Silva e Dias – Ind. de Alimentação, Imp. e Comércio, S.A. Reclamante / credor –	Ação de Insolvência	A correr termos legais



	Município de Abrantes		
Processo n.º 459/12.3TBABT, 1.º Juízo, tribunal Judicial de Abrantes € 721,94	Reclamante/credor – Município de Abrantes Insolvente – Cristina e Mota, Lda	Ação de Insolvência	A correr termos legais
Processo n.º 996/12.0TBACB, 3.º Juízo, Tribunal Judicial de Alcobaça - Insolvência €441,28	Insolvente: Triângulo . Empresas de Arquitetura e Engenharia, Lda. Credor: Município de Abrantes	Reclamação de Créditos em Insolvência	A correr termos legais
Processo n.º 124/13.4 BELRA TAF Leiria €50.001,00	Autor: Maria Manuela Gil Morgado Filipe C. Int: Magda Sofia esteves Gomes Réu: Município de Abrantes	Ação administrativa especial de pretensão conexa de atos administrativos	A correr termos legais
Processo n.º 78939/13.9IYPRT 27.321.41€	Autor: Progitape – Projetos de Arquitetura, Planeamento e Engenharia, Lda. Réu: Município de Abrantes	Ação administrativa comum – forma sumária	A aguardar sentença
Processo n.º 751/13.0TBABT – 3º Juízo Tribunal Judicial de Abrantes Insolvência 38,12€	Insolvente: Mendes Transportes, SA Reclamante: Município de Abrantes (SMA)	Reclamação de Créditos	A correr termos legais
Processo n.º 752/13.8TBABT – 2º Juízo Tribunal Judicial de Abrantes Insolvência 2.053,09€	Insolvente: Mendes & Gonçalves, SA Reclamante: Município de Abrantes (SMA)	Reclamação de Créditos	A correr termos legais
Processo n.º 842/13.7BELRA 6.693.719,68€	Autor: Construções Jorge Ferreira & Dias, Lda. Réu: Município de Abrantes	Ação Administrativa Comum - Forma Ordinária	A aguardar sentença
Processo n.º 567/14.6TBLRA 148,35€	Insolvente: CRIAGÁS, Energia e Comunicações, SA Reclamante/Credor: Município de Abrantes (SMA)	Ação Especial de Revitalização (CIRE)	A correr termos legais
Processo n.º 699/14.0BELRA TAF de Leiria 1.136.414,00 €	Autor: Município de Abrantes Réu: 1.º - RPP- Retail Parks de Portugal, SGPS, SA 2.º - RPP Solar – Energias Sólares, S.A.	Ação administrativa comum	A correr termos legais
Processo n.º 148/14.4T8STR da Secção de Comércio – J1 da Instância Central da Comarca de Santarém 30.000,01€	Devedor: Latitude – Imobiliária, Urbanismo e Construção, Lda. Reclamante/Credor: Município de Abrantes (SMA)	Ação Especial de Revitalização (CIRE)	A correr termos legais

[Handwritten signature]

Processo n.º 402/15.8T9ABT do DIAP junto da Instância Local de Abrantes	Denunciante: Município de Abrantes e Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque Denunciado: Jorge Manuel da Costa Ferreira Dias	Processo Crime	Leitura de sentença designada para dia 13/06/2017 <i>[Signature]</i>
Processo n.º 1692/12.3TBABT-M da Secção de Comércio – J 2 da Instância Central de Santarém 30,00€	Autor: Município de Abrantes Réu: Massa Insolvente de Construções Jorge Ferreira & Dias, Lda.	Ação de Restituição e Separação de Bens da Massa Insolvente	A correr termos legais
Processo n.º 496/15.6T8ABT – J 1 da Secção Cível da Instância Local de Abrantes 45.000,00€	Autor: Natália Virgínia Silva Réu: Município de Abrantes e outros	Ação de Processo Comum	Apresentado recurso pela autora
Processo n.º 544/15.0BECTB do TAF de Leiria 7.728,31€	Autor: José Luís Gaspar Pracana Réu: Município de Abrantes e outros	Ação Administrativa Comum (Ant. NCPTA)	A correr termos legais
Processo n.º 338/16.5BELRA do TAF de Leiria 17.640,00€	Autor: Albertina Rosa Marques da Conceição e outro Réu: Município de Abrantes e outros	Ação Administrativa Comum	A correr termos legais
Processo 538/16.8BELRA do TAF de Leiria 48.535,91€	Autor: Augusto Matos Lopes e mulher Réu: Município de Abrantes e outros	Ação Administrativa Comum	A correr termos legais
Processo n.º 1073/16.0BELRA do TAF de Leiria 30.000,01€	Autor: Município de Abrantes Ré: Farmácia Silva, Lda.	Mandado judicial	MP interpôs recurso para o Tribunal Constitucional o qual já foi admitido
Processo n.º 1314/13.5BELRA-B do TAF de Leiria 30.000,01€	Exequente: STAL Executado: Município de Abrantes	Execução para prestação de facto e para pagamento de quantia certa	A correr termos legais
Processo n.º 45/17.1BELRA – Unidade Orgânica 2 do TAF de Leiria 69.993,63€	Impugnante: Município de Abrantes: Impugnada: AT – Autoridade Tributária e Aduaneira	Processo de impugnação	Admitida a impugnação. A correr prazo para a Fazenda Pública contestar
Processo n.º 28/2017 Centro de Arbitragem Administrativa 105.336,65€	Requerente: Município de Abrantes: Requerida: AT – Autoridade Tributária e Aduaneira	Pronúncia arbitral	Processo aceite e já constituído o tribunal arbitral



Sessão ordinária – 08 de setembro de 2017

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. 13)

- 2. – Aprovação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, na sequência da aprovação desta Assembleia em 24 de fevereiro de 2017 e parecer favorável do Conselho Municipal de Segurança emitido em 7 de junho de 2017;**

Deliberação: Considerando o disposto na alínea i) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera *aprovar, com caráter definitivo, as alterações e republicação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de 30 de abril de 2010, na sequência da aprovação por esta Assembleia em 24 de fevereiro de 2017 do regulamento provisório, e do seguinte parecer favorável do Conselho Municipal de Segurança emitido em 7 de junho de 2017.*

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 08 de setembro de 2017

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. 13)

3. – Protocolo com a União das Freguesias de Alvega e Concavada no âmbito da Componente de Apoio à Família (CAF); (PG – 352409)

Deliberação: Considerando o disposto na Portaria nº 644-A/2015 de 24/8, na alínea k) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar a celebração de protocolo com a União de Freguesias de Alvega e Concavada, no âmbito da Componente de Apoio à Família (CAF).**

Votação: Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



Mor
100
(doc. 14)
49

Sessão ordinária – 08 de setembro de 2017

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

- 4. – Contratos interadministrativos com a União das Freguesias de Alvega e Concavada e com a Junta de Freguesia de Carvalhal, para dinamização de Atividades de Animação e de Apoio à Família no Pré-Escolar para o ano 2017/2018; (PG – 352275)**

Deliberação: Considerando o disposto na alínea k) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar a celebração de Contratos interadministrativos com a União das Freguesias de Alvega e Concavada e com a Junta de Freguesia de Carvalhal, para dinamização de Atividades de Animação e de Apoio à Família no Pré-Escolar para o ano 2017/2018, mediante transferência para as Juntas de Freguesia das comparticipações financeiras necessárias.**

Votação: Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

Mor
António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte
Manuel Duarte dos Santos



100

100

(doc. 15)

Sessão ordinária – 08 de setembro de 2017

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

5. – Contratos interadministrativos com várias Juntas de Freguesia para concretização de transportes escolares durante o ano letivo 2017/2018; (PG – 354411)

Deliberação: Considerando o disposto na alínea k) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar a celebração de Contratos interadministrativos com: União das Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alfer rarede, União das Freguesias de Alvega e Concavada, Junta de Freguesia de Bemposta, Junta de Freguesia de Carvalhal e com a Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, para concretização de transportes escolares durante o ano letivo de 2017/2018, aprovando-se ainda a assunção de compromissos plurianuais nos termos do artigo 6º nº 1 c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, com sujeição às demais formalidades exigíveis.**

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



100
Anos
Mun
1818-2018
(doc. 16) eJ

Sessão ordinária – 08 de setembro de 2017

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

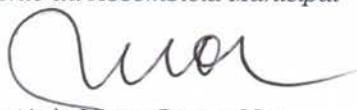
- 6. – Apoio à Junta de Freguesia de Tramagal para aquisição de materiais para a construção de monumento de homenagem aos antigos combatentes na Guerra do Ultramar, no montante de 6.685,35€ (seis mil, seiscentos e oitenta e cinco euros e trinta e cinco centimos); (PG – 348683)**

Deliberação: Considerando o disposto na alinea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar o Apoio à Junta de Freguesia de Tramagal para aquisição de materiais para a construção de monumento de homenagem aos antigos combatentes na Guerra do Ultramar, no montante de 6.685,35€ (seis mil, seiscentos e oitenta e cinco euros e trinta e cinco centimos).**

Votação: Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal


António Lucas Gomes Mor

1º Secretário


Manuel Duarte dos Santos

**Sessão ordinária – 08 de setembro de 2017****PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

(doc. 17)

- 7. – Apoio às Juntas de Freguesia com a entrega de uma carrada de areia em cada cemitério do Concelho, estimando-se o montante de 1.372,80€ (mil trezentos e setenta e dois euros e oitenta céntimos), acrescido de IVA à taxa em vigor; (PG – 353418)**

Deliberação: Considerando o disposto na alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **autorizar o Apoio às Juntas de Freguesia com a entrega de uma carrada de areia em cada cemitério do Concelho, estimando-se o montante de 1.372,80€ (mil trezentos e setenta e dois euros e oitenta céntimos), acrescido de IVA à taxa em vigor.**

Votação:

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nº's 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal
António Lucas Gomes Mor*1º Secretário*
Manuel Duarte dos Santos



100
180
189

Sessão ordinária – 08 de setembro de 2017

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. 18)

8. – Autorização para assunção do compromisso plurianual para “Aquisição de licenças Microsoft”; (PG – 349660)

Deliberação: Considerando o disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, do estatuído nos nºs 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, em vigor por força da alínea f) do nº 1 do artigo 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes **autoriza a assunção do compromisso plurianual para “Aquisição de licenças Microsoft”.**

Votação: Aprovado por maioria com um voto contra do BE.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

(doc. 18)
Ponto 9.

Exmo. Sr. Presidente da
Assembleia Municipal de Abrantes



Ao abrigo da legislação aplicável, a bancada do Bloco de Esquerda e do Partido Social Democrata, solicitam que seja integrado o ponto "Incêndios, causas e consequências" no Período da Ordem do Dia, da sessão Assembleia Municipal do dia 8 de Setembro de 2017.

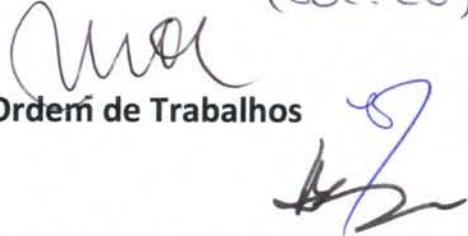
Durante dias, o fogo lavrou em grande parte da zona norte do Concelho de Abrantes. Relatos de bocas-de-incêndio inativas, faixas da rede secundária por implementar, entre outros, não deixam nenhum cidadão descansado.

A Assembleia Municipal como órgão supremo do Concelho não pode passar ao lado deste gravíssimo e daí este pedido de inclusão. Obrigado.

Abrantes, 01 de Setembro de 2017

Margarida Togtema (bancada PSD)

Armindo Silveira (Bancada BE)

Intervenção da bancada do PSD no último Ponto da Ordem de Trabalhos

Como todos certamente se lembrarão, na Assembleia Municipal do passado dia 23 de Junho estive aqui, na qualidade de cidadã residente na zona norte do concelho para dar conta da insegurança que sentia por viver numa área a que chamei “um barril de pólvora”.

A preocupação era inevitável ao constatar a existência de um conjunto de situações – em tudo semelhantes às verificadas em Pedrógão – que, em caso de incêndio, poderiam pôr em perigo pessoas e bens. Em rigor estavam criadas todas as condições, quer para facilitar a deflagração de um fogo, quer para o fazer alastrar em grande velocidade se por ali passasse.

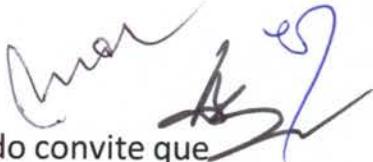
Dirigi esta preocupação à senhora presidente da câmara e pedi-lhe que fossem tomadas medidas para minimizar o enorme risco que ali existia.

Terminada a apresentação das 2 questões que aqui me haviam trazido nesse dia, pedi desculpa por ter de me ausentar de imediato, tendo justificado essa necessidade e informado que as respostas me chegariam através de pessoas presentes na sala a quem havia pedido o favor de tomar as notas necessárias e de me as transmitir.

Soube à posteriori que a senhora presidente, invocando o facto de eu já não estar presente não fez qualquer comentário nem deu qualquer resposta ao problema e ao pedido que lhe fiz, embora a minha ausência já não tenha sido inibidora para fazer insinuações a propósito de algo que eu tinha dito relacionado com o assunto que dirigi ao presidente da assembleia. Enfim, os actos ficam para quem os pratica!! O que é certo é que enquanto cidadã atenta e responsável alertei para um risco real e não imaginário que não me afectava apenas a mim, mas a várias pessoas residentes na mesma zona, pelo que a indiferença que este assunto mereceu por parte da presidente da câmara constitui um acto de total desrespeito para com os munícipes relativamente aos quais, pelos vistos, a proximidade só é importante em época eleitoral. Mas nem o facto de estarmos a poucos meses das eleições nos valeu!! Resta-me a tranquilidade de, como cidadã, ter feito o que estava ao meu alcance para alertar para o perigo e procurar evitar o pior. Infelizmente os meus receios confirmaram-se e passámos por momentos difíceis.

Mas não conformada com o silêncio e a indiferença perante algo tão sério, e achando que como eleita local tinha a obrigação de não ficar por aqui, participei

fl.1/11



no Briefing com a protecção civil de dia 12 de Julho, na sequência do convite que a senhora presidente havia dirigido aos membros deste órgão, na expectativa de aí conseguir respostas e soluções para as minhas preocupações legítimas. Não satisfeita com a informação que já há algum tempo vinha reunindo, tive o cuidado de a aprofundar antes da reunião. Tinha, por isso, um enorme número de questões a colocar.

Como as apresentações feitas pelas várias entidades envolvidas terminaram já depois da hora prevista para o fim da reunião, o espaço que deveria existir, nestas circunstâncias, para questões e intervenções do público presente, sobretudo dos membros da assembleia, tinha-se esgotado. Goradas as expectativas de encontrar uma série de respostas restou-me pedir que se realizasse brevemente uma outra sessão que fosse também aberta aos membros da assembleia municipal e mais focada na discussão de questões da prevenção e do ordenamento da floresta. Fechada esta porta pelas razões que já aqui hoje foram referidas consegui, com a minha teimosia e inconveniente insistência, colocar 2 questões que a pesquisa feita não tinha permitido dar respostas:

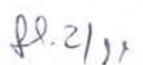
1^a – O Município de Abrantes tem Plano de Defesa da Floresta contra Incêndios?

2^a – Esse plano define faixas de gestão de combustível?

As duas perguntas mereceram um “enfadado” “claro que sim, senhora deputada”!

Perguntei como podia ter acesso a ele, uma vez que na minha pesquisa não o tinha conseguido encontrar, mesmo com a ajuda de pessoas mais qualificadas do que eu em matéria informática. Impatientemente a senhora presidente respondeu que estava no *site* da Câmara, ao que respondi que não estava lá. Mais vozes se juntaram a confirmar que sim, que lá estava. Insisti que não estava, fazendo crescer o tom de impaciência e quase gozo perante a minha insistência.

Eu estava segura do que estava a dizer mas, confesso, queria perceber até que ponto seriam capazes de alimentar aquela mentira perante o público presente e quase desdenhando de quem nem um documento consegue encontrar. E como prezo muito a verdade, cumpre-me dizer aqui que, de facto, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Abrantes não estava no *site* do município e foram alguns os funcionários que o puderam testemunhar quando pedi ajuda para o obter. Demorou uma semana! Porquê, se estava no *site* do município? Estava lá um documento com esse nome, sim, mas que não era o próprio. Conhecendo a lei que determina a sua obrigatoriedade, a análise do seu



fl. 21/1

conteúdo facilmente permitia concluir que não se tratava do documento que procurava. Mas se dúvidas houvesse, o facto de o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Abrantes estar nas referências bibliográficas do documento que estava disponível, era esclarecedor. Truques de camuflagem! Prefiro pensar assim para não ter que colocar a hipótese de a presidente do município desconhecer que o documento que estava no site não era o tal documento de planeamento tão importante para a vida do Concelho. Enfim, mais um exemplo da transparência do município de Abrantes!!

Era tão mentira que o Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Abrantes estava no site como é mentira a afirmação de que a Câmara não tem delegação de competências, na prevenção, como foi dito à vereadora Elza Vitório na reunião de Câmara de 22 de Agosto. Aliás, se assim fosse, como se perceberia a resposta hoje mesmo recebida em que se afirma que “a Câmara Municipal tem vindo a trabalhar em 3 linhas de atuação”, sendo uma delas a prevenção?

De uma vez por todas, assumamos as responsabilidades e deixemo-nos de, como se diz na linguagem futebolística, andar a “chutar para canto” e a pôr em risco a vida e a segurança das pessoas e bens. As câmaras têm grandes responsabilidades em matéria florestal naquilo que se refere à prevenção estrutural e à prevenção operacional. Esta é a verdade pura e crua e decorre directamente da lei. Se as câmaras não fazem aquilo que lhes compete nesta matéria, então têm de ser responsabilizadas por facto ilícito. E a verdade é que a Câmara de Abrantes está entre aquelas que não fazem o que lhes compete, quer a nível da prevenção estrutural, quer a nível da prevenção operacional.

Senhora Presidente, afinal, o que é que falhou?

- Existem todas as faixas secundárias de gestão de combustíveis que, de acordo com o PMDFCI, deveriam estar concluídas em 2016?
- Estão concluídas e devidamente limpas as faixas exteriores de protecção aos aglomerados populacionais que, nos termos do PMDFCI deveriam existir até final de 2016?
- A lei proíbe expressamente o depósito de madeiras e produtos resultantes da exploração florestal e de produtos altamente inflamáveis nas redes de faixas de gestão de combustível. Em algumas destas faixas, por onde passo diariamente estiveram durante meses montes enormes destes produtos. O presidente da junta alertou várias vezes a protecção civil para o perigo daqui resultante. O que é que foi feito? (MOSTRAR FOTOS DOS ENORMES MONTES DE RESÍDUOS FLORESTAIS COMPLETAMENTE

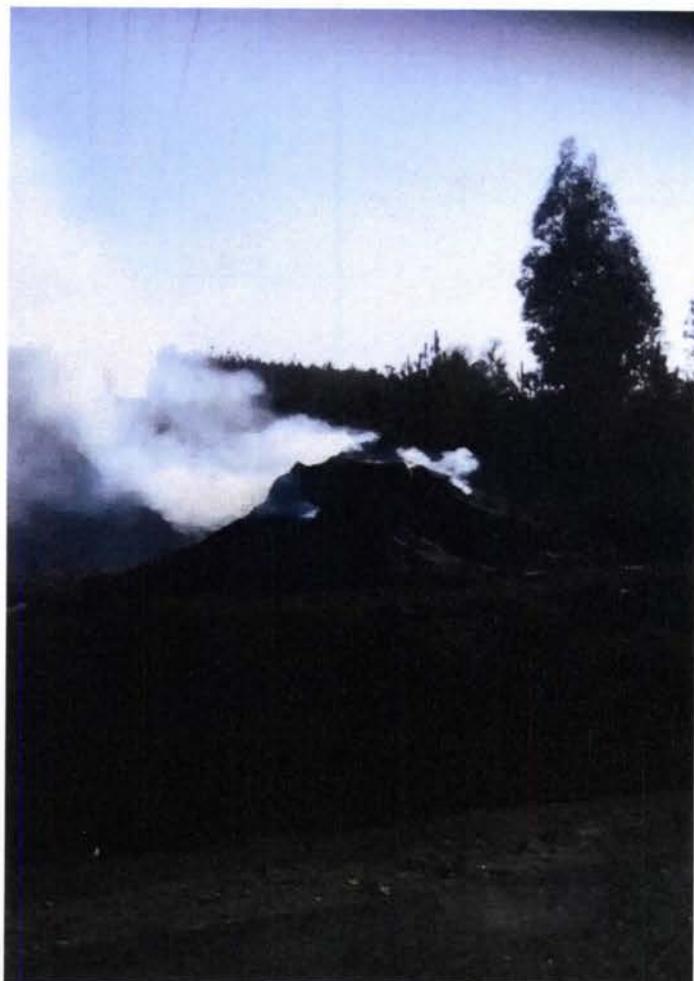
Maria

SECOS QUE HÁ VÁRIOS MESES ESTÃO NAS FAIXAS SECUNDÁRIAS E ENCOSTADOS A ZONAS DE PINHAL. MOSTRAR TAMBÉM UM DESSES MONTES, QUE ARDEU ININTERRUPTAMENTE DURANTE UMA SEMANA)



fl. 4/11

Mar 69



Mar 69

Maria

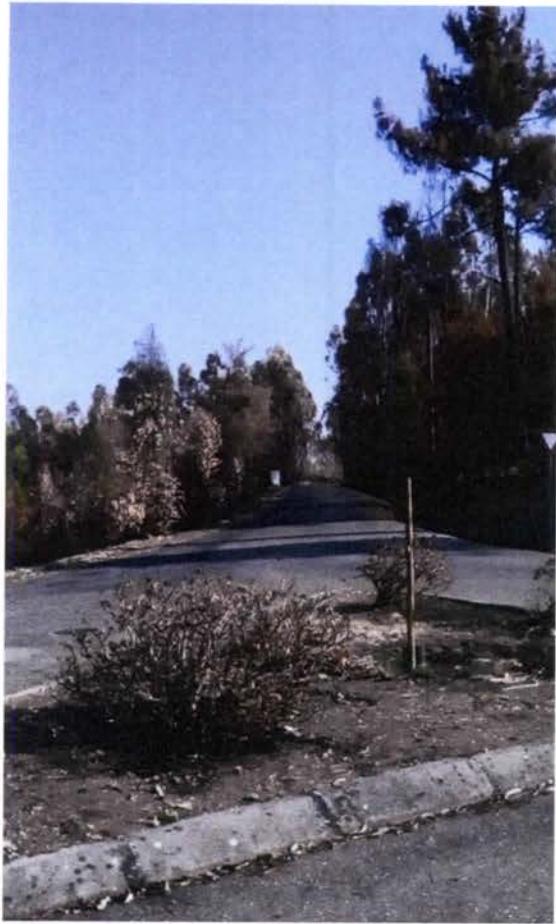
(MOSTRAR TAMBÉM FOTO DOS MONTES SEMELHANTES NO TERRENO DA JUNTA DE FREGUESIA NA ZONA INDUSTRIAL MESMO ENCOSTADO ÀS EMPRESAS DO GÁS)



Senhor Presidente Bruno Tomás, julgo que conhecerá muito bem este portão...

- As estradas que aqui referi na minha intervenção como cidadã na última assembleia coincidem, como deve muito bem saber, com faixas de gestão de combustível previstas no PMDFCI. Mencionei aqui que os 10 metros da lei não eram cumpridos e que as copas de um lado e doutro se tocavam, o que não é permitido nas faixas de gestão de combustível. O que é que foi feito perante este alerta? A estrada de acesso à Carreira do Mato e a estrada entre Carreira do Mato e Cabeça Gorda, correspondendo a faixas secundárias (como decorre de Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Abrantes) deveriam ter maior segurança. O incumprimento das regras de segurança podia ter provocado muitos dissabores. (MOSTRAR FOTO DESTA ESTRADA ARDIDA)

fl. 6/11



*L
M
9*

- Têm sido inúmeros os pedidos de rearborização com eucaliptos, a que a câmara deu sempre parecer positivo, utilizando o argumento falacioso de que o parecer é meramente consultivo, como se um parecer consultivo não pudesse ser negativo. A zona norte, uma das mais castigadas com os fogos nos últimos anos, está a torna-se uma zona de monocultura do eucalipto. O que justifica esta permissividade se a própria Câmara reconhece, em 2014, na Cláusula 17^a do Caderno de Encargos relativo a contrato de aquisição de serviços de manutenção e gestão florestal para a zona norte do concelho de Abrantes, que o referido território é ocupado na sua maioria, por floresta, predominando o pinheiro bravo e o eucalipto que são consideradas espécies inflamáveis.

- Na apreciação desses pedidos a câmara verifica se os locais em causa coincidem com faixas secundárias de gestão de combustível? E depois fiscaliza se as plantações feitas sobre as faixas secundárias por si definidas no PMDFCI cumprem as densidades de arvoredo previstas na lei para essas situações?

Tudo isto, senhora presidente cabe dentro da chamada prevenção estrutural relativamente à qual os municípios têm muitas responsabilidades. A este nível são muitas as falhas.

Mas em Abrantes as falhas também se estenderam à prevenção operacional:

[Handwritten signature]

- Por que razão várias bocas de incêndio estavam inoperacionais? A quem cabe a sua verificação e manutenção?

- Por que é que faltou a água no Bairro quando tudo estava em chamas? Foi porque ardeu um cabo eléctrico na estação elevatória da Cabeça Gorda impedindo as bombas de trabalhar? Num equipamento que abastece de água 3 concelhos não existe um sistema de emergência, como um gerador, que garanta o fornecimento de água? Não se trata de um equipamento de importância estratégica que, como tal, deve ser alvo de especial atenção e cuidado? (MOSTRAR FOTOS DA ETA DA CABEÇA GORDA TOTALMENTE QUEIMADA À VOLTA, E DO EDIFÍCIO ONDE ESTÃO AS BOMBAS, TOTALMENTE ENVOLTO EM ÁRVORES)





Mar 27
6

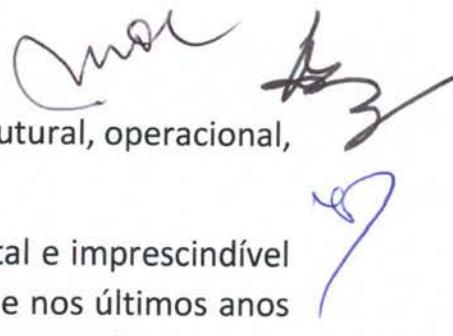


PD. 9/21



- Por que é que não foi accionado o Plano Municipal de Emergência de Abrantes?

Enfim, nesta matéria, na última reunião de câmara, realizada a 22 de Agosto, cuja acta deve estar disponível para consulta no *site* do município, o cidadão abrantino Pedro Moraes elencou um conjunto de falhas, pelo que remeto para a


sua intervenção, que inclui falhas ao nível da prevenção estrutural, operacional, mas também ao nível do combate.

É óbvio que apurar causas e responsabilidades é fundamental e imprescindível para que possam ser tomadas medidas. O que é certo, é que nos últimos anos temos constantemente um concelho pintado de negro. Um cenário que se repete e que tem consequências muito negativas, prejudicando a coesão territorial indispensável ao desenvolvimento sustentável do Concelho que tanto desejamos. Os impactos são múltiplos

- a nível paisagístico e ambiental;
- a nível económico;
- a nível da qualidade das águas;
- a nível da insegurança que estimula a sua desertificação;
- a nível do abandono das terras;
- a nível da atracividade, nomeadamente a turística, desperdiçando possibilidades reais de criação de emprego e de fixação da população.

Importa agora perceber qual é o caminho a seguir para minimizar todos os impactos negativos de uma floresta não devidamente intervencionada e dos fogos que ela facilita. Tendo em conta os exemplos e os modelos do passado deste município no que à política florestal respeita não podemos deixar de estar apreensivos. Esta é uma questão para o próximo mandato, onde não estaremos como membros deste órgão, mas como cidadãos e munícipes iremos estar atentos.

E mesmo a terminar, não posso deixar de fazer aqui mais 2 perguntas?

- Havendo concelhos vizinhos, e não só, que questionam a operacionalidade da Protecção Civil na coordenação dos meios e no combate, qual é a posição da Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, dada a dimensão e duração do fogo que devastou o Concelho?
- Finalmente, o que é que justifica a alteração recentemente ocorrida ao nível da protecção civil local? Como se justificam 2 assessores em regime de prestação de serviços para dar apoio à presidente do município na qualidade de coordenadora da protecção civil a nível local, com ordenados que, em conjunto totalizam 4100 euros mensais, a que acresce o IVA?

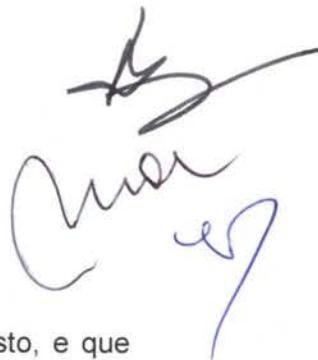
Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Abrantes

Exma. Sra. Presidente da Câmara

Senhores Membros da Assembleia

Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores



Os incêndios que ocorreram no concelho de Abrantes, de 9 a 21 de Agosto, e que fustigaram as freguesias de Aldeia do Mato e Souto, Carvalhal, Rio de Moinhos, Martinchel, Abrantes, Fontes e Mouriscas tiveram mais de mil operacionais no combate às chamas. O concelho viu devastados 4623 hectares de povoamento florestal, correspondendo a um prejuízo superior a nove milhões de euros. Durante 13 dias, homens e mulheres envolveram-se numa luta desigual fazendo frente a um fogo que dificilmente deu tréguas. A direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Abrantes, através do seu presidente, Engº João Furtado Pereira vem através desta intervenção, reiterar nesta Assembleia Municipal, o seu agradecimento a todos os bombeiros de várias zonas do país, militares, forças de segurança, INEM, Cruz Vermelha, Associação de Agricultores dos Concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação – Sapadores Florestais; Afocelca - Agrupamento Complementar de Empresas para Proteção Contra Incêndios, que com todo o seu esforço e empenho enfrentaram situações hostis durante 13 dias. Reiterar também os agradecimentos às várias entidades, que apoiaram a preparação e o garante de toda a logística.

Um agradecimento também a todas as pessoas que, desde a primeira hora, se prontificaram voluntariamente, a ajudar na preparação e confeção de todas as refeições para os Bombeiros.

Por fim, um agradecimento especial a todos os cidadãos do concelho e de outras zonas do país, que apoiaram os Bombeiros através de donativos e bens alimentares.

Neste período de incêndio no nosso concelho, através da Equipa de logística da A.H.B.V.A., serviram-se 7861 refeições (almoços e jantares)

- 3500 lanches
- 7500 reforços nocturnos
- 3500 pequenos almoços

Os locais de fornecimento de refeições, foram:

Carvalhal, Aldeia do Mato, Carreira do Mato, Rio de Moinhos, Lercas, Mouriscas.

Para o devido esclarecimento, passarei a apresentar um pequeno resumo da atividade da A.H.B.V.A., bem como a sua estratégia de missão.

Em 2013, após análise das principais fragilidades do corpo de bombeiros de Abrantes, iniciou-se um projeto de desenvolvimento do socorro pré-hospitalar. Projeto, que se

concretizou e materializou durante a vigência do 1º mandato dos órgãos sociais da Associação. As principais atividades foram as seguintes:

- Adquisição de uma nova ambulância
- Reformulação de todo o contingente de ambulâncias;
- Aquisição de quatro DAE - Desfibrilhadores Automáticos Externos;
- Formação de 22 TAS - Tripulantes de Ambulância de Socorro;
- Realização de um Congresso de EPH – Emergência Pré Hospitalar;
- Obtenção da acreditação do INEM para formação em Suporte Básico de Vida SBV.

Em 2015 foi iniciado um projeto a 5 anos, que deverá ajudar a alterar o panorama do combate a incêndios florestais no concelho de Abrantes.

Racionalizar meios humanos e financeiros, inovar procedimentos e investir em novas tecnologias mais eficientes e economicamente mais sustentadas.

Podemos destacar alguns avanços significativos:

- Aquisição de veículo tanque usado com capacidade de 15.000 lts;
- Transformação de veiculo rural em veiculo florestal (VRCI->VFCl);
- Melhoramentos significativos no veículo tanque VTTR02 (gerador de espuma automático e monitor com controlo da cabine);
- Aumento superior a 30% do número de bombeiros em prontidão durante o período do dispositivo especial de combate incêndios florestais (Junho – Setembro).
- Aquisição de um kit de 1ª intervenção de Ultra Alta Pressão, equipamento de elevada eficiência em combate incêndios urbanos e florestais. O equipamento em causa permite, também a produção de espuma de classe A ou de classe B.
- A aquisição de dois veículos usados de apoio à formação, logística operacional e direção. Saliente-se que um dos veículos, Mitsubishi L300, foi doado pela empresa Cremilcar.

Entende-se a formação como uma atividade estratégica para a persecução da principal missão, salvar pessoas e bens. O projeto formativo deriva da estratégia geral da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Abrantes, que está focalizada mais especificamente em dar formação nas seguintes áreas:

- Proteção de Pessoas e bens
- Desenvolvimento Pessoal
- Formação de Formadores
- Saúde, programas não classificados noutra área de formação

W.M. 3
ES

O plano formativo que a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Abrantes desenvolve destina-se a três tipos de públicos diferenciados preferenciais, mas complementares entre si:

- **Público interno** – integram este público os bombeiros e funcionários que pretendam fazer a sua carreira nesta atividade;
- **Público externo / empresas** – os trabalhadores das empresas que necessitam de conhecimentos básicos ao nível da autoproteção, prevenção, técnicas de evacuação de edifícios e socorro básico;
- **Público externo / comunidade** – a associação faz uma aposta forte neste tipo de formandos, porque entende que a formação no âmbito das medidas de autoproteção relativamente a riscos naturais (sismos, incêndios, derrocadas, cheias, tornados, secas, etc.) como também ao nível do socorrismo e dos primeiros socorros será uma mais-valia que ajudará e facilitará, posteriormente, a atividade dos profissionais de socorro perante uma catástrofe ou acidente grave.

Para 2017, mantendo a coerência e as convicções do mandato anterior, a Associação aposta em **quatro eixos de atuação estratégica**, materializados nos seguintes objetivos estratégicos:

1. **Consolidar o projeto de Emergência e Socorro Pré-Hospitalar, apostando na inovação e cooperação;**
2. **Melhorar a eficiência e eficácia do combate a incêndios florestais;**
3. **Melhorar a eficiência e eficácia do combate a incêndios urbanos e industriais;**
4. **Melhorar e desenvolver a intervenção com meios especiais de socorro;**

Recursos Humanos, anteriores e atuais:

Quadro Ativo

Junho de 2013 – 21 Profissionais; 38 voluntários; Total - 59 Bombeiros.

Junho de 2017 – 30 profissionais; 50 voluntários; Total - 80 bombeiros

Formadores

TAS – Tripulante de Ambulância de Socorro – 2013 – 0 – 2017 – 3

TAT – Tripulante de Ambulância de Transporte – 2013 – 1 – 2017 - 3

WAN 4
EG
BS

SBV- DAE – Suporte Básico de Vida com Desfibrilhador Automático Externo – 2013 – 1 – 2017 – 6

SBV - Suporte Básico de Vida – 2013 – 1 – 2017 – 12

TSD - Técnicas Salvamento e Desencarceramento – 2013 – 1 – 2017 – 4

CSD - Chefe Salvamento e Desencarceramento – 2013 – 0 – 2017 - 1

CFE - Condução Fora de Estrada – 2013 – 1 – 2017 – 2

IF - Incêndio Florestal – 2013 – 0 – 2017 – 1

Em três anos foram formados mais TAS que o previsto para a próxima década (ao ritmo anterior e “normal” em Portugal). É como se avançasse dez anos.

- Reequiparam e reformularam todo o contingente de ambulâncias;
- Adquiriram uma nova ambulância;
- Adquiriram dois Monitores de Parâmetros Vitais
- Adquiriram quatro DAE - Desfibrilhadores Automáticos Externos.

No triénio 2013-2016 investiram-se mais de 90.000€ na emergência pré-hospitalar.

A principal fonte de financiamento é realizada pela CMA com um subsídio mensal fixo.

(calculado com base no orçamento de funcionamento dos B.M.A. de 2012)

Garante:

O funcionamento de toda a atividade dos bombeiros (recursos humanos, manutenção de viaturas, consumíveis, etc.);

A recuperação de viaturas em fim de vida;

O fundo financeiro para ocorrências excepcionais;

- O investimento em:

Mais recursos humanos profissionalizados;

Mais formação;

Mais viaturas operacionais;

Mais equipamentos e meios diferenciados.

No presente ano perspetiva-se a consolidação do trabalho desenvolvido no pré-hospitalar, a continuação da melhoria operacional de alguns veículos e a apostar na qualidade e quantidade dos recursos humanos do corpo de bombeiros.

Nos próximos anos dar-se-á enfase aos seguintes projetos:

- Planos de Resposta Operacional (PRO) para Incêndios Florestais, zona Norte;
- Planos de Resposta Operacional (PRO) para Incêndios Urbanos no centro histórico;
- Planos de Resposta Operacional (PRO) para Incêndios Industriais;
- Planos de Resposta Operacional (PRO) para Derrames ou Incêndios com Matérias Perigosas;

Manuel Beirão
- Protocolos de intercâmbio operacional.

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Abrantes, com mais de duas centenas e meia de associados, tem como **visão estratégica no Plano de Atividade de 2017 valorizar os projetos de melhoria operacional, apostando na consolidação do trabalho desenvolvido, na inovação das estratégias e dos meios tecnológicos, e na cooperação com a população e outros agentes de proteção civil.** O entusiasmo, a dedicação e a persistência da sua equipa diretiva e do corpo de bombeiros, apoiados pelos seus parceiros, CMA, ANPC, INEM, empresas e associados, são garante do sucesso da sua missão.

Setembro de 2017

O Deputado Municipal

Jorge Manuel do Carmo Beirão



CMS (doc. 22)

Assembleia Municipal de ABRANTES

Sessão de 8 de Setembro de 2017

Ordem do dia

BB

POD09-Incêndios-Causas e consequências

1. Relativamente ao concurso nº22/2014, celebrado com a VEDAP, no valor 311 mil euros, a Câmara Municipal de Abrantes (CMA) foi a entidade fiscalizadora ou entregou o serviço a outra entidade?

2-Se a obra foi executada na sua totalidade, conforme o caderno de encargos, como é que se explica que várias áreas, na rede secundária, tenham sido percorridas pelo fogo?

3. Porque é que estando ações previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) para os anos de 2015, 2016 e 2017, não foi executado com a calendarização previstas e que tinham verbas estipuladas?

4. A execução do PMDFCI está condicionado ao financiamento previstos no Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) 2020?

5. Houve alguma candidatura submetida?

6. O que é que a CMA pensa fazer na participação dos apoios aos futuros projectos de reflorestação, atendendo que existem notícias sobre projectos especiais de reflorestação?

7. Enquanto decorria o fogo na concelho de Abrantes, outros concelhos vizinhos também eram atingidos.

Enquanto a Sra Presidente da CMA vinha substituir-se aos briefings da Proteção Civil, autarcas vizinhos identificavam situações que suscitavam muitas dúvidas sobre a gestão dos meios operacionais no terreno.

Entende a sra Presidente da CMA que o combate ao incêndio de Abrantes, tendo em conta os meios existentes no terreno, foi combatido com a eficácia esperada?

8. Atendendo que estamos em plena revisão dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF's) e tendo em conta que a sua articulação com os Planos Diretores Municipais (PDM's), questiona-se se a Câmara se existe alguma intenção de:

a) Manutenção da ocupação florestal atual do Concelho de Abrantes?

b) Existe aumento ou redução de área para alguma espécie florestal?

c) Com o PDM aprovado, admite nova revisão por força da entrada em vigor do PROF?,



Grupo Municipal do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Abrantes

Bloco de Esquerda

d)A reforma florestal prevê novas atribuições ao Município em matérias de ordenamento florestal. Está a CMA a pensar reforçar-se de meios para a fiscalização no terreno?

Proposta-Dentro do PDM, o Bloco de Esquerda propõe que sejam incluídas e veiculadas as boas práticas florestais aos modelos de silvicultura de cada espécie.

Abrantes 8 de Setembro de 2017

(O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda)

Armindo Silveira